



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS*

CPI - TRABALHO ESCRAVO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº 0971/12	DATA: 27/06/2012
INÍCIO: 14h49min	TÉRMINO: 18h56min	DURAÇÃO: 04h06min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h06min	PÁGINAS: 84	QUARTOS: 50

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ANDRÉA DUCA – Diretora de Marketing da Gregory. EDUARDO CIDADE DA SILVA – Representante das Lojas Pernambucanas. ÉLIO FRANÇA - Diretor de Marketing da C&A. ROBERTO SAMPAIO – Diretor Comercial das Lojas Marisa. JOÃO PEDRO FERNANDES DE CASTRO BRAGA – Administrador da Sociedade Zara.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.
---------------------------------

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis e ininteligíveis. Há orador não identificado em breve intervenção.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Boa tarde!

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as condições análogas à escravidão e a atividades rurais e urbanas no Brasil.

Encontram-se nas bancadas as cópias das atas da 9ª reunião, e pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura das referidas atas.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura das atas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Dispensada a leitura das atas.

Em discussão as atas.

Não havendo quem queira discuti-las, em votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para a primeira tomada de depoimentos. Todas as outras sessões, até o momento, foram audiências públicas e seminários no sentido de debater o conceito, clarificar as divergências ocorridas na Casa, assim como estabelecer seu plano de trabalho.

Semana passada, a CPI esteve em São Paulo; tivemos uma ação *in loco* em São Paulo, acompanhamos uma ação do Ministério do Trabalho, da Delegacia Regional de Trabalho de São Paulo, acompanhados pelo Ministério Público de São Paulo, no sentido de investigar diversas oficinas onde havia indícios de graves irregularidades trabalhistas. Ali encontramos graves violações dos direitos humanos. Conseguimos identificar, inclusive, a cadeia produtiva, a partir dessas fornecedoras. A equipe da CPI, com presença dos Deputados Ivan Valente e do nosso Walter Feldman, aqui presente, visitou inclusive as lojas que compravam dessas fornecedoras; algumas dessas lojas cobrando preços 10, 20 vezes mais caro que o preço de compra ali avaliado quando da ida às oficinas.

Por pedido do Ministério do Trabalho, como a operação foi sigilosa, ainda não revelamos os detalhes. Inclusive, houve acompanhamento por parte da imprensa, e temos um acordo para que a divulgação seja feita após seja dado o aval por parte do Ministério do Trabalho, porque existe e, obviamente, os indícios são fortes, mas



precisamos, à luz de todas as normas do Ministério do Trabalho, avaliar se aquilo constitui trabalho escravo. Mas eu poderia dizer, e tenho certeza de que o Deputado Walter Feldman concorda comigo, que o grau de degradância de superexploração da força de trabalho com jornadas por parte de estrangeiros, basicamente mulheres —, 15 horas de trabalho —, que moram no local, com crianças no local, e vendendo as peças por 1 real para lojas. Na loja vimos a peça vendida a 99 reais em liquidação, Deputado Walter Feldman. Portanto, é algo no mínimo chocante as condições de trabalho também no meio urbano.

E continuamos com a nossa sessão do dia. Infelizmente, o Deputado Walter Feldman, por motivos partidários, teve de retornar, saiu de seu mandato, retornou a São Paulo, onde está desempenhando funções como Coordenador da campanha do José Serra. Não posso desejar-lhe boa sorte nessa empreitada, mas eu desejo uma grande coordenação. (*Risos.*) Nesse caso, desejo grande sorte para o senhor, talvez menos para o nosso respeitável José Serra.

Por isso, temos de designar um Relator *ad hoc* para esta sessão. Gostaria de convidar o Deputado Giovanni Queiroz, do PDT do Pará, para que pudesse compor esta sessão, e imediatamente convocar os nossos depoentes de hoje.

Chamo, então, Andréa Duca, que é Diretora de Marketing da Gregory; Eduardo Cidade da Silva, Diretor Jurídico das Lojas Pernambucanas; Elio França, Diretor de Marketing da C&A; Roberto Sampaio; Diretor Comercial das Lojas Marisa, João Pedro Fernandes de Castro Braga, administrador da Sociedade Zara; e, segundo me relata o proprietário das Lojas Collins, o Sr. Won Kyu Lee não atendeu à convocação da CPI. Então, temos de discutir quais são as medidas que vamos tomar; se fazemos uma convocação... esperamos o resultado desta aqui e damos uma outra chance ao Sr. Won Kyu Lee ou, dependendo das suas razões, utilizamos força policial para trazê-lo a esta Casa.

Portanto, gostaria de convidar o Sr. Andréa Duca a tomar assento à Mesa, para podermos iniciar os nossos trabalhos. Solicito aos Srs. Eduardo Cidade da Silva, Elio França, Roberto Sampaio e João Pedro Fernandes que aguardem o momento da tomada de seus depoimentos na sala da CPI.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.



O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser aparteado.

É Sra. Andréa Duca. Desculpe-me.

Os Deputados interessados em interpelá-la deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. O Relator disporá do tempo que for necessário para suas interpelações. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 10 minutos para fazer suas interpelações, computado nesse tempo o prazo para resposta ao depoente. E, para atender às formalidades legais, foi firmado pela depoente termo de compromisso que integra o formulário de codificação, cujo teor solicito à depoente que faça a leitura. Obrigado pela sua presença.

Com a palavra a Sra. Andréa Duca, por até 20 minutos. Gostaria que V.Sa. fizesse a leitura do termo de compromisso.

**A SRA. ANDRÉA DUCA** - Boa tarde a todos! Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Sra. Andréa, por favor, antes de... faça, por favor, só essa leitura para mim, que é o juramento que a senhora tem de prestar.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. ANDRÉA DUCA** - Ah, tá. Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado. Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, a Gregory é uma empresa brasileira de controle familiar dedicada ao comércio de roupas femininas. Fundada em 1981 como uma pequena loja, a empresa, graças ao sucesso que fez junto às suas clientes, expandiu suas atividades e hoje conta com uma rede de 83 lojas espalhadas por todo o País, sendo 44 lojas próprias e 43 franqueadas, o que gera hoje mais de mil empregos diretos e indiretos. A empresa, hoje, dedica-se ao comércio varejista; não produz nenhuma peça de roupa. Nossa operação consiste basicamente na compra de coleções, através de peças aprovadas, pilotos, em todo o nosso departamento de estilo. Esse departamento de estilo interage com os fornecedores e dá algumas sugestões acerca do que espera a respeito dessas peças acabadas. No entanto, todas as etapas de produção são de responsabilidade exclusiva dos fornecedores. A Gregory não compra tecido, não compra aviamento, não compra nenhuma linha. Tudo é de



responsabilidade dos fornecedores. No que diz respeito à questão do trabalho irregular, no início do ano passado, a empresa ouviu dizer, pela imprensa, que teriam sido encontradas, pelo Ministério do Trabalho, etiquetas da nossa marca em uma oficina que não fazia parte do nosso quadro de fornecedor. Tomando ciência desse fato através da imprensa, a empresa suspeitou de falsificação e ficou no aguardo de alguma comunicação oficial do Ministério do Trabalho, o que não aconteceu. No início desse ano, a empresa recebeu a visita de um fiscal do trabalho, que nos solicitou uma lista de nossos fornecedores e foi prontamente atendida no mesmo momento. A empresa, que sempre agiu transparente, forneceu essa lista imediatamente ao fiscal, completa, com todos os fornecedores de roupas. E tudo para nós parecia ter acabado ali. No mês de março deste ano, porém, a empresa recebeu em sua sede a visita de uma força-tarefa querendo intimar a diretoria a respeito das irregularidades envolvendo trabalho em situação precária. Como os diretores estavam viajando naquele dia, a notificação foi recebida pela nossa assistente de diretoria, que se comprometeu a comparecer no dia seguinte à Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo. No dia seguinte, conforme combinado, a nossa assistente compareceu à Superintendência do Trabalho, acompanhada do advogado da nossa empresa. Foi uma ocasião em que ambos foram recebidos por um grupo composto por cinco ou seis fiscais, uma jornalista, uma procuradora do trabalho e duas defensoras públicas. Nessa oportunidade, esse grupo interditou duas oficinas que estariam utilizando mão de obra de bolivianos de maneira irregular. A empresa, então, imediatamente informou que não tinha oficina sob sua responsabilidade e que não produz nenhuma peça que vende. Se havia irregularidade, essa seria de responsabilidade de um fornecedor. Nesse momento, os fiscais informaram o nome do fornecedor, e tanto nosso advogado quanto nossa assistente perguntaram a ele qual o motivo de esse fornecedor não estar presente, não obtendo nenhuma resposta no momento. Em seguida, foi apresentado à empresa, pela Procuradoria do Trabalho, um Termo de Ajustamento de Conduta, que continha diversas exigências, dentre as quais a de providenciar alojamento e retorno dos trabalhadores bolivianos ao seu país. A empresa, entendendo que essas obrigações não lhe cabiam e, orientada pelo advogado, recusou-se a assinar o TAC e se propôs a apresentar o fornecedor, que então foi identificado, para que



solucionasse os problemas apontados pela fiscalização. Na mesma oportunidade, a Gregory ofereceu assinar um outro TAC, em que se obrigava a adotar maior rigor na seleção de todos os fornecedores. Os fiscais, então, aceitaram a apresentação do fornecedor, mas recusaram os termos propostos do novo TAC, tendo sido marcada uma reunião para o dia seguinte. No dia seguinte, como combinado, a Gregory retornou à Superintendência do Trabalho, juntamente com o fornecedor que havia contratado as oficinas visitadas, o qual assumiu a responsabilidade pelo ocorrido e aceitou a proposta da fiscalização de registrar os trabalhadores encontrados e de reincidir, no mesmo ato, seus contratos de trabalho, pagando a ele todas as verbas rescisórias. Nova reunião, então, foi marcada. O fornecedor compareceu à Superintendência do Trabalho e, na semana seguinte, quando registrou todos os trabalhadores bolivianos indicados pela fiscalização. Após 2 ou 3 semanas desse episódio, apesar de tudo ter sido feito por fornecedor, a fiscalização impediu, e a Gregory foi surpreendida com 25 autos de infração do Ministério do Trabalho. No entanto, nenhum auto foi lavrado contra o fornecedor ou contra o dono da oficina. Além disso, no mesmo dia em que foi autuada, a empresa procurada por diversos veículos da empresa, na mesma hora, em busca de informações sobre o ocorrido. A Gregory apresentou defesa contra todos os autos de infração, e agora estamos aguardando o julgamento dessa defesa. Em nossa defesa, alegamos que somos contra qualquer tipo de trabalho em situação precária e falamos basicamente o que eu acabei de dizer: nós não produzimos nenhuma peça; nós não dirigimos a produção de peça; não contratamos oficinas indicadas; e não temos qualquer tipo de contrato com esses trabalhadores que sempre pagaram... nós só temos com trabalhadores que sempre pagaram o preço justo e de mercado pelas peças prontas, não sendo necessário a nenhum fornecedor da nossa empresa usar trabalho irregular para atender ao pedido nosso. Em termos de linhas gerais, esse é um resumo do que aconteceu. Agradeço a atenção de todos e fico à disposição. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Sra. Andréa Duca.

Não há Parlamentares inscritos. Se não há Parlamentares inscritos, não sei se o nosso Relator vai querer usar a palavra.



**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** - Queria mais fazer um comentário do que até questionar a Sra. Andréa Duca. Primeiro, dizendo que me deixa um tanto preocupado quando um delegado de uma cidade do interior desconhece onde se vende o *crack*, a cocaína ou a maconha. É mentira. Todos eles sabem onde vende. Todo mundo sabe onde é a boca de fumo.

Preocupa-me muito quando o Ministério do Trabalho, através de seus auditores, permitem ainda a exploração da mão de obra em situação degradante na cidade, na porta da casa deles. Então, eu fico assim um tanto preocupado. Talvez faltassem auditores fiscais nas delegacias regionais. Talvez isso seja uma verdade até afirmada numa audiência pública pelo Presidente da Associação dos Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho. Ele dizia da precariedade de pessoal disponível para que pudesse efetuar todas as investigações.

Mas o que nosso Presidente, Deputado Cláudio Puty, aqui nos relata é que, na visita feita em São Paulo, pôde presenciar e documentar a situação de precariedade a que eram submetidos os trabalhadores, principalmente mulheres, com até 15 horas de trabalho/dia, com uma remuneração pífia, sem nenhuma regularidade trabalhista. Eu acho que nós temos, nesta CPI, que apurar todas essas denúncias, mas temos que, ao final, com certeza, responsabilizar alguém.

Com relação à empresa Gregory, é uma empresa que tem uma marca conhecida nacionalmente, de excelente reputação na qualidade dos bens comercializados, mas deve, sim, sem dúvida nenhuma, com esse TAC, com esse Termo de Ajuste de Conduta, ser extremamente rigorosa.

Eu sou produtor rural. Sobre nós, produtores rurais, recai a maior carga de trabalho escravo, particularmente nós, do Pará. Eu posso dizer à senhora e afirmar que tem escravagista, sim, no nosso meio. Nós os abominamos e não aliviemos nenhum deles, mas é muito menos do que na cidade. É muito menos do que na cidade. Na cidade, a situação análoga de escravos ou de trabalho constrangedor é muito superior do que na zona rural. Na zona rural, às vezes, pelo próprio hábito do trabalhador, ele está acostumado a dormir em rede, ele gosta de tomar banho no rio, às vezes, dispensa o chuveiro; não sabe às vezes nem usar o vaso sanitário. Se colocarem um banheiro químico para ele, ele vai pensar que aquilo é uma prisão, por incrível que pareça. Mas, às vezes, o Ministério do Trabalho vai lá, naquela



região, naquela distância, com as dificuldades inerentes à região, particularmente a Amazônia, para prender o proprietário rural que não coloca o banheiro químico a pelo menos mil metros, no máximo mil metros, de distância do trabalhador. No reflorestamento, caminhar 2 mil metros, que fica distante do banheiro químico mil metros, já é trabalho análogo ao escravo.

Muito bem. Só para concluir, Sr. Presidente, dizer que a gente tem que, depois, voltar a questionar os órgãos do Governo Federal. O Ministério do Trabalho, há 5 anos, está assumido pelo PDT, o meu partido. Está lá o Ministro e eu tenho certeza de que eles vão ficar muito preocupados, porque nós vamos ter que convidar o Ministro, no mínimo, a vir aqui para realmente tomar ciência dessas coisas todas e trazer alguma proposta efetiva para solucionar esses casos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Próximo inscrito, Deputado Moreira Mendes; depois, Deputado Guilherme Campos.

Eu só queria fazer algumas perguntas bem objetivas à senhora, Sra. Andréa. Em São Paulo, na visita que fizemos, nós encontramos oficinas com trabalhadoras bolivianas. Elas individualmente, por peça, ganhavam 30 centavos. Eu até dei uma informação errada: não era 1 real; eram 30 centavos; Um real por peça ganhava a dona da oficina. Quando essas peças, segundo o relato da dona das oficinas — nós temos fotos, relatos escritos, documentos assinados —, quando havia alguma falha, defeito de fabricação, o desconto era feito pelo preço de venda na loja final; ou seja, se a loja recebia 1 real, se a fabricante recebia 1 real, se houvesse um defeito, se houvesse defeito numa peça, o lote era descontado em 100 reais porque a peça era vendida a 100 reais na loja. Então, eu queria lhe perguntar se você sabe dessa prática, se você conhece alguma empresa do setor em São Paulo que já tenha tido contato com esse tipo de prática ou se é algo comum no mercado, que é o desconto por peça a preços finais — primeira pergunta.

Segunda pergunta: a que processos judiciais a empresa está respondendo? Está respondendo a algum? Que medidas tomou para controlar sua cadeia de fornecedores? Sei que você relatou e gostaria de que falasse um pouquinho mais sobre isso.

E, finalmente, que sugestões — nós estamos aqui não simplesmente para investigar, mas para sugerir alternativas para fazer inclusive com que esse mal seja





erradicado — empresas, como as que você representa aqui, poderiam dar no sentido de melhorar as condições de trabalho na cadeia de fornecedores?

Finalmente, o TAC, a que vocês assinaram, obriga vocês a pagarem os custos de repatriamento dos trabalhadores bolivianos que foram encontrados na cadeia de produção? Gostaria que você mencionasse isso.

Passo a palavra ao Deputado Moreira Mendes.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Sr. Presidente, eu vou primeiro escutar a resposta às perguntas que V.Exa. fez para, depois, manifestar-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Com você a palavra.

**A SRA. ANDRÉA DUCA** - Faço as palavras do Deputado Giovanni nossas também. Abomino qualquer tipo de trabalho precário. Não é de nenhum conhecimento da empresa tudo isso que ele acabou de relatar. A Gregory hoje paga, no mercado, preços de mercado de roupa pronta. Como uma empresa varejista, nós pagamos o preço para o nosso fornecedor, que é o preço justo de mercado. Não temos conhecimento nenhum desse tipo de trabalho que foi citado. Sobre o..., foram tantas perguntas, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Essa foi sobre desconto, caso haja falha no fornecimento.

**A SRA. ANDRÉA DUCA** - É, a gente não tem nenhum... Caso haja falha no fornecimento, a gente paga no mercado os preços de mercado por peça pronta. Não existe hoje na empresa nenhum tipo de multa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Você já tinha ouvido falar dessa forma de desconto?

**A SRA. ANDRÉA DUCA** - Não, nunca ouvi falar e desconheço qualquer empresa do nosso ramo que trabalha com esse tipo de desconto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Segunda pergunta: a que processos judiciais a empresa está respondendo?

**A SRA. ANDRÉA DUCA** - Nós fomos autuados. Foram 25 autuações pelo Ministério. Nós já fizemos a nossa defesa — o nosso advogado — e agora estamos aguardando o procedimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Que medidas tomou após essas autuações?



**A SRA. ANDRÉA DUCA** - Assim que tudo isso ocorreu, nós fizemos um contrato com todos os nossos fornecedores que não poderiam repassar para nenhuma outra empresa ou oficina qualquer tipo de peça Gregory, porque hoje os fornecedores que nós contratamos são fornecedores que têm sua empresa estabelecida. De quem nós compramos roupa hoje, nós temos certeza de que são pessoas que têm a sua empresa, o seu CNPJ, ou seja, empresas estabelecidas. Mas, para que isso não ocorra, para que elas não contratem uma oficina que têm termos desconhecidos nossos, nós estamos fazendo que ela não possa repassar nenhum tipo de pedido que a Gregory fez a ela a essas oficinas desconhecidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Sugestões sobre formas de erradicar o trabalho precário na cadeia de fornecedores.

**A SRA. ANDREA DUCA** - Sugestões que a gente dê... Nós não damos nenhuma sugestão porque, na verdade, como nós compramos a roupa pronta, não nos sentimos nesse poder de poder dizer a ele o que ele deve fazer ou não. Uma vez que a empresa só vende essa roupa, não compra o linho, a agulha, tudo que usa para ser feito, é uma coisa que a gente não consegue nem dar uma sugestão no momento. No nosso caso, a nossa sugestão é que vamos fazer esse tipo, um contrato e também estar aumentando a fiscalização em cima deles para que não seja repassado para oficinas desconhecidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Se o TAC obrigou vocês a pagarem os custos do retorno dos bolivianos e se foi feito algo nesse sentido.

**A SRA. ANDREA DUCA** - A gente não assinou o TAC porque, como falado anteriormente, não era da nossa responsabilidade essa oficina e não tivemos mesmo... O TAC que o nosso advogado ofereceu no momento para ser feito não foi aceito. Então, o fornecedor é que resolveu com isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado.

Deputado Moreira Mendes.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, quero, inicialmente, cumprimentar a Andréa Duca pelas informações que trouxe aqui, que são muito importantes.

Eu acho que nós começamos agora, na CPI, a inaugurar uma nova fase: ouvir o outro lado. Eu acho isso extremamente importante.



Eu concordo, em gênero, número e grau, com tudo aquilo que disse o Deputado Giovanni Queiroz. Provavelmente existe, sim, o chamado trabalho análogo ao escravo, que deve ser coibido sob todas as formas. Mas o que a gente lamenta e o que tem ocorrido são exageros, produzidos sobretudo pela fiscalização do Ministério do Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho. Eles atiram na pessoa que deve responder e acertam nas pessoas de bem. São exageros que estão sendo cometidos e que nós vamos apurar a partir de agora, ouvindo exatamente o outro lado.

Eu não estou com isso dizendo que o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho, os fiscais, não devam cumprir com o seu papel. Devem sim, mas eles têm que respeitar os seus limites. E aqui nós estamos diante de um caso concreto, embora tenham tido conhecimento da existência de uma segunda empresa que foi efetivamente quem contratou os bolivianos; esta, sim, deveria ser punida, como o foi, mas vão lá estender o braço midiático, o braço para a imprensa, o braço para a mídia, prejudicando uma empresa constituída que tem um nome a zelar. Isso é constrangedor. E isso acontece muito. Não sei se aconteceu no Pará, Deputado, mas, no meu Estado, aconteceu, e eu vou trazer isso aqui à CPI proximamente. Assim que nós terminarmos a situação das cidades, vamos trazer aqui fazendeiros vítimas desses abusos cometidos pelo Ministério do Trabalho e que têm que ser apurados.

Mas eu quero fazer aqui algumas perguntas só para elucidar a questão. Eu já percebi... O Deputado Presidente perguntou se a Gregory teve alguma ação judicial contra si. Parece-me que a sua resposta é que não teve, teve só os autos administrativos, e eles estão ainda com a defesa no âmbito administrativo. É bom lembrar que nós temos um levantamento feito muito mais relacionado com a área rural, mas, de 2 mil e tantas fiscalizações que foram feitas — eu não tenho esse número —, 95% já foram derrubadas pela Justiça, o que significa e comprova realmente o abuso cometido pelas autoridades encarregadas da fiscalização.

Eu quero fazer aqui uma pergunta — só essa e me dou por satisfeito. Que a Sra. Andréa pudesse responder se essa ação tomada contra essa eventual residência onde estavam lá trabalhadores em condições precárias trabalhando, contratados por uma terceira empresa, se tudo que aconteceu com a participação da



imprensa refletiu no negócio, na marca, no nome da empresa que V.Sa. representa aqui.

**A SRA. ANDRÉA DUCA** - Olha, sim, porque a gente sabe a importância que a mídia dá a isso, levando em consideração o que o senhor entrou dizendo, porque é muito mais fácil aparecer lá o nome da nossa marca do que o próprio dono da oficina, que não é nosso fornecedor, é uma oficina terceirizada. E isso dá muito mais poder para algumas pessoas que precisam disso. É lógico que isso afeta. A gente teve uma passeata na frente da empresa. A empresa hoje é sediada em São Paulo, num prédio na Rua Henrique Schaumann, onde nós temos duas lojas. E, durante um dia inteiro, ficou fechada com caminhões na frente, com passeatas, essas coisas todas. Só isso é um prejuízo de um dia inteiro. Então, isso mexe, sim, com a marca.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Vou complementar, diante da informação que a senhora deu. Essa passeata foi organizada por quem? Aqui a senhora tem toda a liberdade para dizer com clareza. Aqui não há nenhum problema não.

**A SRA. ANDRÉA DUCA** - Se eu falar para o senhor que eu não lembro, porque é tanta informação. Foi alguma coisa contra o trabalho escravo, mas qualquer nome, essas coisas de comissão, eu não sei quem é que foi lá na frente. Eu sei que eles foram e fizeram alguma coisa contra o trabalho escravo. Me desculpa, mas eu não lembro mesmo.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado Moreira Mendes.

Deputado Guilherme Campos. Estão inscritos Ivan Valente e Vicentinho.

**O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS** - Sr. Presidente, colegas Deputados, expositora, Sra. Andréa, todos aqueles que estão aí inscritos para darem seus depoimentos, vamos fazer coro. Ninguém em sã consciência pode ser a favor do trabalho escravo. Ninguém em sã consciência. É uma coisa que já foi tirada do nosso mundo há muito tempo. Esses problemas pontuais ocorridos Brasil afora que, mais acentuadamente no mundo rural, agora se trazendo para o mundo urbano, são problemas que têm que ser analisados e com uma atuação firme de



todos os órgãos competentes para que fatos como esse não se repitam. Aqui há coro, acho que estamos chovendo no molhado.

E especificamente os casos que nós estaremos tratando aqui hoje são casos em que eu tenho uma segurança e a certeza de que todas essas empresas que estão sendo colocadas no mesmo processo, eu falo com convicção, absolutamente não conheciam, não tinham participação e não comungavam daquilo que estava ocorrendo ali. Eu tenho a mais absoluta certeza. Empresas centenárias, citando a nossa Lojas Pernambucanas, empresas de mais de 100 anos de história, não estariam colocando aquilo para cada uma das empresas de varejo que aí estão, pois estariam colocando a sua reputação em jogo. É a reputação do nome de cada uma dessas empresas que está em jogo, sendo diretamente vinculada a uma prática abominável como essa.

Dentro dessas minhas premissas, vem a preocupação. É a preocupação da falta de objetividade do arcabouço legal que a PEC do Trabalho Escravo está concebida, que não estabelece critérios e deixa muito vago, nas mãos da infalibilidade do fiscal do trabalho, as considerações ali feitas por ele. É o que mais nos preocupa. É aquele na hora do campo, na hora em que é lavrado um auto, que, por muitas vezes, vai muito além do que seja razoável, do que seja razoável, do que seja cabível ao fiscal do trabalho.

É com essa preocupação que eu participo aqui como não membro desta audiência pública e coloco aqui o meu apoio a essas empresas, porque são todas empresas que têm história, CNPJ, endereço, todos os seus acionistas conhecidos, que são colocadas na mesma vala comum de quem pratica um ato abominável desses.

A preocupação nossa maior é com a informalidade que está ao largo de tudo isso, ali, sim, onde temos as condições degradantes, ali, sim, onde as condições de trabalho são inaceitáveis, tudo sem carteira assinada, tudo à margem da formalidade que nós tanto procuramos.

Com essas considerações, Sr. Presidente, eu queria terminar minha atuação. Acho que trazer para a discussão aqui vai servir para nortear muitas ponderações, porque muita gente não conhece como é que se forma a cadeia de produção dentro do varejo, não sabe como é que são contratadas as empresas, onde são



terceirizadas as coleções, não sabe como funciona a questão da importação. Se nós formos levar a ferro e fogo na questão da importação, há muito mais trabalho escravo lá fora, de onde nós importamos, do que aqui dentro para fornecimento da nossa cadeira produtiva nacional. Essa preocupação com o emprego aqui tem de ser muito ponderada.

Eu faço parte da Frente Parlamentar da Indústria Têxtil. Sabemos de todos os problemas por que a indústria têxtil passa. Nós não podemos dar mais essa fragilidade às empresas que vão ter que extrapolar, pelo que está sendo colocado, as suas funções, entrando na função de Estado, que é estar fiscalizando o seu fornecedor. As empresas aí estabelecidas, nós temos que ter o pressuposto que todas elas têm a boa-fé de estarem exercendo as suas atividades. E quem tem que coibir é o Estado, através de fiscalização. As empresas que aqui estão listadas estão tendo que ter um cuidado e um custo maior de ter que fazer fiscalização no seu fornecedor, entrando, repito, numa área que é de competência do Estado. O Estado tem que ser mais eficiente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Muito obrigado, Deputado Guilherme Campos.

Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nossa depoente aqui, Sra. Andréa, primeiro eu queria perguntar se a senhora... Eu estou vendo aqui na sua identificação que a senhora é diretora de *marketing*. Eu não entendi direito. Não deveria ser uma diretora de produção ou um diretor de produção que deveria estar aqui? Eu estou entendendo que a senhora faz *marketing* para fora, para vender o produto, é isso?

**A SRA. ANDRÉA DUCA** - Isso. Eu fui convocada.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Foi você que foi convocada?

**A SRA. ANDRÉA DUCA** - Fui convocada. Inclusive eu tenho até duas menininhas gêmeas, que estavam uma internada e uma em casa. Graças a Deus, as duas já estão em casa. Mande a carta solicitando que viessem as duas sócias proprietárias, e não foi aceito. Eu peguei o avião hoje de manhã, vim e volto hoje à noite para São Paulo.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Outra pergunta que eu queria fazer a você é a seguinte: você tem ideia de quanto é o preço que é cobrado numa oficina dessas e o preço que vocês revendem lá na sua loja?

**A SRA. ANDRÉA DUCA** - Não. A gente tem uma ideia do que nós pagamos aos nossos fornecedores pelo preço de peça pronta no mercado. Essa oficina que é desconhecida nossa, nós não pagamos nada porque nem conhecemos. Aos fornecedores da Gregory, nós pagamos pela peça pronta preço de mercado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pode dar um exemplo do preço que vocês vendem e o preço que vocês compram?

**A SRA. ANDRÉA DUCA** - A gente paga preço de mercado. Um vestido que vendemos a 200, pagamos uma média de 98, 100 reais.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Bom, nós temos notícia de fornecedores de oficinas que produzem uma peça por 1 real, o intermediário vende por 9 ou 10 reais, e a loja vende a 100 reais. Esse é o circuito lá de São Paulo, constatado pessoalmente por esta Comissão inclusive. Só para ter uma ideia. Isso é que é a realidade do trabalho escravo. A pessoa trabalha de 7 às 10 da noite e não tem nem 1 hora de parada. Almoça na própria cama ou em qualquer lugar. Viu, Deputado Giovanni? É isso o que nós constatamos lá. Isso chama trabalho escravo. Degradante.

Agora, o que eu não entendo mesmo, talvez eu queria entender, é o seguinte: vocês foram convocados por alguma denúncia. Algum registro foi feito no Ministério do Trabalho. Há uma coisa que identifica a empresa, que é... Se ela vende para o consumidor, ela tem uma etiqueta, e essas etiquetas foram achadas nas oficinas, lá no primeiro circuito da produção. Vocês não têm um controle sobre as etiquetas?

**A SRA. ANDRÉA DUCA** - Temos um controle. Nós damos essas etiquetas aos fornecedores, que são empresas estabelecidas e com CNPJ que produzem a peça pronta para vender para a gente. Se houve algum tipo de terceirização de oficinas externas, como foi o caso do que ocorreu, isso foi uma responsabilidade do fornecedor. Na mesma instância onde o fiscal pegou e fomos chamados ao Ministério do Trabalho, no dia seguinte, apresentamos o fornecedor, e o mesmo, no dia seguinte, dois dias depois, havia resolvido tudo isso. Era totalmente de



desconhecimento nosso. Era uma responsabilidade dessa oficina, que tinha um proprietário.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Vocês estão processando essa oficina que colocou, então, lá na oficina terceirizada, a etiqueta de vocês e responsabilizou vocês?

**A SRA. ANDRÉA DUCA** - Não, não nos cabe... Isso eu acho que é uma coisa que...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Vocês estão processando eles?

**A SRA. ANDRÉA DUCA** - Não, não estamos processando.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas deveriam, então.

**A SRA. ANDRÉA DUCA** - Isso é uma coisa que vem depois. Neste momento... É uma coisa que vem depois. Assim como a nossa defesa foi apresentada e estamos aguardando — sobre as 25 autuações —, é um procedimento depois. Esse fornecedor, num primeiro momento, fez o que lhe era cabível, conforme foi pedido, porque era de responsabilidade dele, não era uma coisa que estava sob nossa responsabilidade.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu queria só finalizar, Deputado, dizendo o seguinte: eu acho que nós temos aí... É evidente que precisa de um processo de investigação porque não fica claro se... É evidente que tem uma terceirização, só que a terceirização não é aleatória. Ela tem que ter um rendimento muito alto, e o lucro das empresas é muito alto também.

O que fica é a seguinte questão: se vocês têm uma marca a zelar, se essa marca for parar numa oficina na periferia de São Paulo, por exemplo, a confecção, e eles estão usando a marca de vocês, eu não entendi ainda como vocês não estão processando esses terceirizados. Mas eles estão explorando trabalho escravo, a empresa de vocês está sendo ventilada como uma empresa que se beneficia de trabalho escravo e vocês não operam na direção de limpar o nome? Entende?

Eu queria uma resposta sua sobre isso.

**A SRA. ANDRÉA DUCA** - Nós contratamos os fornecedores. Nós vamos atrás. Para você contratar uma empresa que vai produzir a sua peça, como... Você vai comprar um carro ou alguma coisa, você vai atrás para descobrir a idoneidade dessa empresa. Todos os fornecedores que hoje atendem à nossa empresa, que





têm um pedido na mão dele, ele antes entrega para nós uma carta com o seu CNPJ e com tudo dizendo que ele está legalmente dentro das normas de trabalho para poder produzir peças para nos vender. Se ocorreu de acontecer, de ter oficinas produzindo peças que não eram de nosso conhecimento, eu não posso fazer nada porque quem contratou não foi a minha empresa, foi uma outra empresa que, sob essa responsabilidade, deveria ter sido chamada. E, no momento em que nós descobrimos isso, como somos totalmente contra esse trabalho, realmente não queremos isso, não deixamos isso acontecer na nossa empresa, foi resolvido na mesma semana pelo nosso fornecedor, porque ficou sabendo após ter sido chamado no Ministério também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Deputado Vicentino.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Sr. Presidente, senhoras e senhores, colegas Deputados, Andréa Duca, cumprimento pela sua presença, por ter vindo. Mesmo sendo convocada, quando se vem de bom grado é muito bom.

De fato, a pergunta do colega Ivan com referência a quem deveria vir da empresa, não é culpa da senhora, mas, em geral, é quem devia lidar com a área de recursos humanos ou com contratos externos.

Mas, de qualquer maneira, uma CPI não serve — aliás, nem devia servir — para constranger as pessoas. Eu acho que aqui nesta Casa, o ideal... Eu tenho dito desde a primeira audiência que o ideal era nós fazermos um grande pacto pelo fim do trabalho escravo. Acho que é isso que nós temos... Esta Casa pode fazer isso. Essa Comissão pode fazer esse tipo de trabalho. Então, vai ter muitas denúncias, muitos casos sérios, muitos casos graves. É claro que, quando são empresas conhecidas, realmente constrange porque nós somos clientes, a gente está no povo. Cada propaganda bonita das lojas pelo Brasil afora!

Então, estou chegando da OIT. Os empresários lá estavam também presentes e concordaram conosco com o fortalecimento da luta contra o trabalho escravo. E nós aprovamos lá uma condição básica social para o mundo do trabalho. Primeiro isso.

Segundo que... Por exemplo, eu sou um metalúrgico da Mercedes-Benz. Então, essas empresas, o que é que elas fazem? Elas olham como é a qualidade do produto e da vida dos trabalhadores desde o ferro-gusa, porque elas sabem que o



nome deles é de uma grande responsabilidade perante a sociedade, perante a clientela.

Não sei se a senhora sabe, e eu queria falar para a senhora, mas também para os representantes da C&A, loja Marisa, loja Cori, da Zara e das Pernambucanas que... Não sei se os senhores sabem, mas já existe um grupo de empresas no Brasil muito grande. Eu queria pedir à CPI que pegasse o nome dessas empresas e trouxesse até aqui para que pudéssemos divulgar essas empresas, empresas que assinam um pacto contra o trabalho escravo, que não se preocupam somente com o lucro ou com o resultado final, mas se preocupam com a origem da produção. *"O meu produto não vem do trabalho escravo!"* Isso tem muito mais peso do que qualquer coisa porque é o próprio tomador que coloca essa condição. Então, seria muito importante, Presidente. E eu queria que V.Exa. pegasse... O Ministério do Trabalho tem essa lista, o movimento que luta contra o trabalho escravo também tem essa lista, porque isso é fundamental, é estimulante. E se essas empresas que aqui estão assumirem... Não estou pedindo para a senhora assumir o compromisso, mas se vocês assumirem esse compromisso junto com esse grupo de empresas, é a melhor notícia que a gente pode dar. Seguir todos os procedimentos, não comprar matéria-prima vinda disso porque, veja, no caso da Gregory, é uma etiqueta. É a etiqueta que vem de lá de trás. É uma coisa que é terceirizada, quarteirizada.

A senhora deve saber que nós estamos brigando aqui para regulamentar a terceirização porque também não tem sequer responsabilidade solidária em procedimentos como esses.

Então, diante desse fato, eu queria propor isso. E queria também pedir tanto à Dra. Andréa Duca como às outras empresas que nos encaminhassem cópias de contratos realizados com essas empresas para que a CPI tenha idéia do que pode significar e o que é que a gente pode propor para ajudar no fim desta maldição que ainda permeia aqui entre nós.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado Vicentinho.



Queria agradecer à Dra. Andréa. Obrigado pela sua presença aqui. Acho que os seus esclarecimentos são muito importantes para que nós possamos propor medidas para combater, inclusive para que, no melhor combate, as marcas sejam preservadas. Nosso objetivo é esse, ressaltando, obviamente, que todos os requerimentos de convocação são aprovados pelo Plenário, inclusive são de sugestão do Plenário. Então, a sua presença aqui foi sugerida por algum dos membros do Plenário, obviamente conversando com pessoas envolvidas com a questão em São Paulo.

Queria agradecer e passar ao próximo, ao nosso próximo depoente. Convidar o Sr. Eduardo Cidade da Silva, que é o representante das... Diretor Jurídico das Lojas Pernambucanas, para tomar assento à mesa. *(Pausa.)* Ele está sendo encaminhado aqui à sala.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu queria, neste momento, antes de a nossa depoente se retirar, pedir que a Gregory nos forneça a lista de fornecedores, à CPI. Queria que V.Exa. encaminhasse esse pedido formal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Assim será encaminhado, Deputado Ivan Valente. A nossa assessoria técnica vai tomar as providências.

**A SRA. ANDRÉA DUCA** - Encaminharemos.

*(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Presidente, pela ordem. É que surgiu uma dúvida aqui. Eu quero a lista dos fornecedores e dos contratos com fornecedores também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Fornecedores e contratos de fornecedores.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Deputado Ivan Valente, eu gostaria que o senhor apresentasse um requerimento, só para formalizar. Já foi feito o pedido dos fornecedores. Dos contratos, o senhor apresenta um requerimento.

*(Pausa.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Nós temos aqui o Sr. Eduardo Cidade da Silva, representante das Casas Pernambucanas, que tomou assento à mesa, e vamos fazer como nos outros depoentes, atender às formalidades legais. Foi firmado pelo depoente termo de compromisso, que integra o formulário de qualificação, de cujo teor solicito que o senhor faça a leitura. *(Pausa.)*

**O SR. EDUARDO CIDADE DA SILVA** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado. O senhor tem 20 minutos para fazer o seu depoimento.

**O SR. EDUARDO CIDADE DA SILVA** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, demais presentes, eu vou falar rapidamente sobre a empresa.

A Pernambucanas é uma empresa que teve a sua primeira loja inaugurada em 1908, uma loja dedicada, naquela ocasião, exclusivamente à venda de tecidos, tecidos esses que eram produzidos na cidade de Paulista, no Estado de Pernambuco.

Em 1937, foi registrada definitivamente no INPI a marca Casas Pernambucanas, que é hoje uma marca notória. A razão social da empresa, que hoje é Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas, que se reporta aos fundadores da empresa lá atrás, ela é adotada desde 1949.

Hoje, com 104 de existência, a Pernambucanas tem 283 lojas que estão localizadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

A nossa atividade, ela está voltada para a venda de cama, mesa e banho, artigos de vestuário, artigos eletroeletrônicos, eletrodomésticos e utilidades para o lar. Basicamente, nós trabalhamos hoje com artigos voltados para o lar, envolvendo decoração, tapetes, cortinas e outros artigos semelhantes.

Nós temos hoje um quadro de 16.500 empregados, aproximadamente. Esse quadro flutua de 16.500 a 17 mil empregados. Nós temos um orgulho muito grande de dizer que é uma empresa que tem grande parte de seus empregados contando com mais de 25 anos de trabalho na empresa, dentre eles, eu.



Somos, normalmente, provedores de primeiro emprego e temos uma universidade corporativa, na cidade de São Paulo, pela qual todos esses 16 mil empregados já passaram. Os que não passaram certamente passarão por ela.

Pessoal, a minha apresentação pessoal. Como eu já disse, eu estou há 26 na empresa, onde eu entrei para trabalhar como auditor de sistemas. Trabalhei em auditoria, trabalhei em controles internos, trabalhei em controles operacionais dentro da empresa e, por fim, eu fui acabar parando no departamento jurídico, do qual sou diretor hoje.

Em relação à questão que é objeto de investigação da CPI, vou fazer um rápido histórico do que nós conhecemos.

A Pernambucanas é uma empresa que tem um cuidado muito grande com essa questão; é uma empresa que sempre se preocupou com a questão que é objeto de investigação aqui por esta CPI. Já há muito tempo, nós fizemos constar dentro do contrato — é um contrato depositado inclusive em cartório de títulos e documentos, é um contrato de adesão, que todos os nossos fornecedores são obrigados a seguir — uma cláusula em que, textualmente, nós colocamos a nossa posição sobre isso, e que eu tomo a liberdade de ler para os senhores aqui.

Essa cláusula diz que:

*“O fornecedor não poderá se envolver com, ou apoiar, a utilização de trabalho infantil, trabalho forçado ou quaisquer outras formas de exploração indireta — perdão —, outras formas de exploração ilícita de mão de obra ou, ainda, outras atividades que, de maneira direta ou indireta, atinjam os princípios básicos da dignidade humana, devendo observar todas as normas jurídicas internas e as convenções internacionais que tratam da matéria, em especial as Convenções OIT 29 e 105 — trabalho forçado e trabalho escravo —, Convenção OIT 182 — as piores formas de trabalho infantil — e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, procurando sempre exigir de seus fornecedores a observação desses mesmos princípios.”*



Isso consta deste contrato, é um contrato já há longa data depositado em cartório e que é do conhecimento de todos aqueles que se propõem a fornecedor produtos para a Pernambucanas.

A empresa também é associada da ABVTEX, que é a Associação Brasileira do Varejo Têxtil. E hoje há a exigência de que qualquer fornecedor que queira fornecer para a Pernambucanas participe ou seja... se qualifique no Programa de Qualificação de Fornecedores da ABVTEX.

Além disso, a empresa tem uma equipe de auditores internos que fazem trabalhos de inspeção, dentro de uma determinada programação, de surpresa, em fornecedores. E contratamos também trabalhos de certificadores de nível internacional, como a SGS do Brasil e a ABNT.

Nos últimos 2 anos, um número que é importante trazer para os senhores, nós já fizemos internamente, aproximadamente, 700 trabalhos de auditoria em fornecedores.

Apesar de todos esses cuidados, por mais que se tenha cuidados dessa natureza, por mais que se faça, em abril de 2011, nós recebemos a notícia de que o Ministério do Trabalho havia encontrado, em uma oficina na Zona Norte de São Paulo, trabalhadores em condições deprimentes — piores condições possíveis —, que estavam costurando roupas que eram identificadas por marcas de nossa titularidade.

Naquela ocasião, quando essa notícia chegou a nós, nós imaginávamos que se tratava de mais um caso de pirataria, que é outro fator com o qual nós temos sempre que estar lidando. Mas, com a sequência dessa situação, nós acabamos descobrindo, através da declaração desses trabalhadores ao Ministério do Trabalho, quem era o fornecedor envolvido e notificamos imediatamente esse fornecedor, que compareceu ao Ministério do Trabalho, reconheceu essa situação, registrou esses trabalhadores, promoveu a rescisão indireta do contrato de trabalho desses trabalhadores. Posso afirmar que, por pressão, muita pressão nossa, isso ocorreu.

Apesar disso, nós fomos surpreendidos por 43 autos de infração lavrados pelo Ministério do Trabalho contra a nossa empresa. Esses autos de infração falam sobre todas as irregularidades que, certamente, aconteciam naquela oficina. Nós estamos hoje nos defendendo desses autos de infração. Esse processo foi ao



Ministério Público do Trabalho e nos foi oferecido um termo de ajustamento de conduta. Esse termo de ajustamento de conduta exigia que nós reconhecêssemos a prática desses atos ilícitos que nós não cometemos. E, por esse motivo, nós decidimos não assinar, oferecendo um outro documento ao Ministério Público do Trabalho, que traduz exatamente a nossa postura em relação a isso, que é a postura de colaboração com as autoridades, no mais extenso nível possível, para o combate dessa situação.

O Ministério Público não aceitou, exigindo, efetivamente, que, para que houvesse um acordo, nós reconhecêssemos a prática do ilícito, que nós não praticamos.

Dessa forma, por acreditar nas instituições, nós optamos por deixar para discutir essa questão no Poder Judiciário. E hoje nós estamos respondendo a uma ação civil pública relacionada com essa questão.

Eu acho importante a gente colocar e trazer para os senhores o seguinte depoimento: por mais sério, por melhor que seja feito o trabalho de auditoria, de inspeção, por parte de um varejista, de um comerciante, esse trabalho jamais garantirá, por si só, que situações como essa não venham a se repetir. Nós levamos muito a sério esse trabalho, são reuniões semanais, reuniões de avaliação do trabalho dos auditores, reuniões das constatações desses auditores, e, diariamente, nós temos que estar chamando fornecedores para conversar e pedir a eles que mudem essa postura. Mas nós não podemos garantir nada, porque nos falta algo muito importante, que é o poder de entrar nessas empresas e auditar efetivamente toda a sua documentação e constatar a veracidade de todas aquelas informações.

Nós, infelizmente, só temos os documentos que nos são entregues, as informações que nos são repassadas e a crença na boa-fé desses fornecedores, que nem sempre ela existe. Aliás, nem sempre... Nós sabemos que não existe nesses casos que foram constatados; são constatações que mostram muito claramente que, por mais que nós tivéssemos auditado esses fornecedores, teríamos tido problema.

Bom, para concluir, nós continuamos com todos esses trabalhos, nosso pensamento está sempre voltado para o aperfeiçoamento disso. Nós convidamos, recentemente, 200 fornecedores — foram fornecedores que foram selecionados —



para que esses fornecedores participem conosco da assinatura do pacto do Instituto Ethos, do pacto contra o trabalho escravo, do Instituto Ethos.

Estamos trabalhando firmemente com esses fornecedores. Não sabemos quantos deles se disporão efetivamente a assinar esse pacto conosco. Mas, em meados do mês de agosto — eu não tenho aqui, de cabeça, a data, me parece que é dia 17 ou 18 —, mas, durante o mês de agosto, já está marcado. Nós teremos duas reuniões: a primeira reunião é de esclarecimento, com todos os fornecedores; e a reunião para que esse pacto seja firmado por esses fornecedores selecionados.

É o que eu tinha a falar, a trazer para os senhores. Eu estou à disposição para responder aos questionamentos que se fizerem necessários.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Sr. Eduardo.

Temos como inscritos... Temos uma lista de inscritos, a não ser que o nosso Relator queira falar primeiro.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** - Só uma pequena consideração, para dizer para o Dr. Eduardo Cidade que, igual à situação das lojas Casas Pernambucanas, é a situação também da Gregory. Encontraram algumas peças, ou etiquetas, numa oficina clandestina que explorava o trabalho humano, não é? Em situação deprimente.

Eu disse, no início da minha fala, que eu duvidava que o delegado da minha cidade de Redenção, de 70 mil habitantes, não soubesse onde era a casa de fumo, de venda, a boca de fumo, que eles chamam, onde vendem o *crack*, a cocaína e a maconha. Qualquer mototaxista sabe onde é, só o delegado é que não sabe. E continuam vendendo. De igual forma, essas oficinas que exploram o trabalho, me São Paulo, no Rio de Janeiro, em todo lugar.

É lógico que o auditor fiscal sabe onde é. Se não sabe, quem tinha que ir para a cadeia era ele, por ineficiência funcional, por incompetência na função, por ser incompetente para exercer aquela função. Então, eles é que têm que ir, não é o senhor que tem que fiscalizar, lá na ponta. De repente, o senhor até, no seu primeiro contato, com o seu primeiro fornecedor, o senhor tem certas exigências. Mas dali há o desdobramento. Até quando?

Eu até estava aqui me remetendo a uma situação minha, pessoal. Tenho uma propriedade rural no Pará, uma rodovia atravessa. Eu tenho reflorestamento dos





dois lados. Contratei um trator de esteira de um cidadão da cidade que foi para a minha propriedade. Eu esqueci de perguntar se o trabalhador dele tem carteira assinada. Eu não perguntei. Até, hoje ainda, eu vou me reportar à fazenda e pedir: *“Peçam, para saber se ele tem carteira assinada.”* Senão, eu vou ser escravagista. Olha que nível.

Então, de repente, além, Deputado Vicentinho, dos inúmeros compromissos oficiais que temos na contabilidade, na prestação de contas, no registro de funcionários e tudo o mais, ainda temos que fiscalizar o terceiro. Aí, não dá conta. Aí, o ônus para a empresa é muito grande.

Então, eu vejo que a situação do senhor é uma situação semelhante. O senhor tomou o cuidado, anteriormente, de até ter uma exigência documental mais rigorosa com relação aos seus fornecedores. Mas, de repente, o eletrodoméstico produzido, que o senhor vende lá hoje, lá no ferro-gusa, no Pará, de repente, se utilizou de um trabalhador que, na carvoaria, estava em situação complicada, bem difícil, não é? Aí, o senhor teria que ser penalizado, porque, dentro da cadeia produtiva, o senhor estaria sendo responsabilizado.

Então, são essas considerações. Eu entendo que isto aqui é extremamente importante. Nós temos que pedir que todas as empresas, todos os cidadãos se preocupem sim com o trabalho análogo ao de escravo, com a exploração do trabalho.

O Deputado Vicentinho não ouviu aqui o depoimento do nosso Presidente Cláudio Puty, que esteve em São Paulo com o Deputado Ivan Valente e mais um ou dois Deputados, o Deputado Walter Feldman, e visitaram algumas oficinas e identificaram, realmente, um trabalho análogo ao de escravo. Quer dizer, 15 horas de trabalho para mulheres com pagamento irrisório, sem carteira, sem documentação, sem nada. Isso é inadmissível, e nós não podemos fechar os olhos. O que nós temos que chamar a atenção e responsabilizar é o próprio Governo, porque a sua função fiscalizatória não faz, na minha opinião pessoal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado Giovanni Queiroz.



Talvez exagerando minhas atribuições de Presidente, talvez não, vou fazer uma pergunta. O senhor falou uma coisa muito interessante que se refere à dificuldade, primeiro ressaltando o compromisso das Casas Pernambucanas com o processo de auditoria de condições de trabalho na sua rede de fornecedores. Me parece que isso contrasta com a posição da loja que o antecedeu, que falou que era basicamente impossível, que não era uma responsabilidade do comprador final. A postura de vocês me parece diferente, à medida que vocês falam que vocês têm um compromisso com a auditoria das condições de trabalho, expresso nas suas primeiras falas aqui. Mas, ao mesmo tempo, você levanta a dificuldade de se fazer a auditoria, o controle das condições, dos padrões de trabalho.

Eu lhe perguntaria quais são as sugestões, no que se refere à legislação. Obviamente, não é uma atribuição sua, é uma atribuição nossa. Mas eu sei que o senhor é um representante jurídico, com base na sua experiência, se houvesse alguma sugestão que você pudesse nos dar no sentido de contribuir para que processos de auditoria nas cadeias produtivas fossem mais eficazes.

Nós já tratamos aqui anteriormente, a Califórnia aprovou uma lei que responsabiliza as empresas pelas condições de trabalho de fornecedores, inclusive no exterior, empresas californianas, pela auditoria interna das condições de trabalho decente na sua cadeia de fornecedores, inclusive fora dos Estados Unidos.

Então, uma das nossas preocupações aqui é exatamente permitir que as condições de competitividade das empresas brasileiras não sejam erodidas, exatamente o contrário do que, às vezes, parece. Nós estamos aqui defendendo a competitividade das empresas brasileiras, para que elas não sejam presas por um tipo de competitividade suja e que, cada vez mais, será alvo de *dumping* internacional. Então, essa é uma das nossas preocupações. O senhor não precisa responder agora, vou passar a palavra agora para a nossa lista de inscritos.

O primeiro inscrito é o Deputado Ivan Valente e depois os Deputados Moreira Mendes, Vicentinho, Nelson Marquezelli e Valdir Colatto.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sinto que o Deputado Marquezelli não tenha estado com a gente lá, Deputado Walter Feldman. Seria muito importante ele constar *in loco*, logo ele que é um paulista, entende, e está louco para achar trabalho escravo na cidade, porque nós vamos achar no campo também. Bom, eu queria



perguntar ao nosso convidado Eduardo Cidade da Silva o seguinte. Primeiro, eu queria dizer para o Presidente o seguinte: eu preferiria fazer a arguição dessas empresas todas que nós listamos aqui depois de ter acesso aos autos e à remessa do Ministério do Trabalho. Agora, o pessoal da Comissão me avisa que existe em meio eletrônico. Estão dizendo que já chegou em meio eletrônico, mas não foi distribuído. Nós não tivemos tempo ainda de pesquisar, imprimir. Então, eu queria, logo de cara, notificar aos que se dispuseram a estar aqui hoje, que a gente pode ter que refazer esta arguição, por quê? Porque os autos falam também, aqui nós estamos ouvindo a posição da empresa, está certo? Então, nós temos algumas informações. No caso das Pernambucanas, eu tenho a informação de que a Argonaut e Vanguard são empresas das Pernambucanas, são vinculadas às Casas Pernambucanas. São empresas vinculadas?

**O SR. EDUARDO CIDADE DA SILVA** - A Argonaut e a Vanguard não são empresas, são marcas, são marcas registradas...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Das Pernambucanas.

**O SR. EDUARDO CIDADE DA SILVA** - ... das Pernambucanas. São marcas registradas do INPI, com a titularidade das Casas Pernambucanas.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** - Com titularidade das Casas Pernambucanas.

**O SR. EDUARDO CIDADE DA SILVA** - Sim. Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, aqui, nós temos a notícia de que houve, foi flagrado trabalho escravo, foram flagradas empresas que praticavam o trabalho escravo. O senhor falou em 43 autos. A informação que eu tenho são 41 autos de infração por servidão de dívida, jornada de trabalho excessivo e degradação do meio ambiente. Ou seja, não é pouca coisa. É uma coisa... Servidão por dívida é aquele esquema que nós conhecemos do campo. O sujeito pendura no empório lá, ele trabalha a vida toda no circuito para sobreviver, literalmente. Ele sobrevive pendurado. Jornada de trabalho excessiva é o que nós encontramos factualmente, ou seja, 15, 16 horas aqui. E aqui se fala em 16 horas por dia, pagando por peças de 0,20 a 0,60 reais para a pessoa que produz.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pois é, o Marquezelli já está defendendo o trabalho escravo ali. E que a multa aplicada nesse caso, depois o senhor confirmaria, é de 5 milhões de reais. É isso? Não tem esse dado?

**O SR. EDUARDO CIDADE DA SILVA** - O último valor calculado que nós tivemos atingiu a cifra de aproximadamente 2,3 milhões de reais.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** - Esta matéria aqui é inclusive colocada no jornal *O Estado de S. Paulo*. Eu queria colocar o seguinte: eu entendo que este trabalho que a Comissão vem fazendo, a CPI, este debate sobre o trabalho escravo, ele tem que ter como consequência, a erradicação do trabalho escravo. Nós não podemos mais conviver com esse tipo de coisa. Isto aqui é a degradação humana, é a superexploração do trabalho, é a hiperexploração da mais valia, e logicamente é um atentado aos direitos humanos. Agora, o que eu não entendo é o seguinte — eu quero registrar, como o Deputado Puty colocou, o seguinte: o depoente que antecedeu falou o seguinte: *“Eu não tenho nada a ver com o que ocorre lá embaixo. Quer dizer, eu vou até o meu fornecedor, falo com ele, o que ele faz lá para baixo eu não tenho controle.”* Já vocês estão tentando reunir os fornecedores e chegar a ponta da linha. Eu estou entendendo isso, pelo menos há um esforço nessa direção. Agora, uma loja... Eu quero crer o seguinte: uma loja do porte, da tradição, da história das Pernambucanas, ou bem ela tem uma posição radical, porque está em jogo o seu nome — o seu nome — em relação a esses problemas... Eu acho que o fornecedor... É o seguinte: ou se tem uma atitude mais complacente ou menos complacente, porque não foi 1 auto de infração, foram 41 autos de infração, ou 43. Então, são muitos, é uma sucessão. E quero dizer que o que foi constatado é a uma questão grave: servidão por dívida, jornada de trabalho excessivas etc. O poder que teria a empresa, que compra e revende, é muito grande sobre a cadeia. A verdade é a seguinte: então, fica a seguinte dúvida: ou a empresa tem interesse, ou ela sofre as consequências e não toma as providências necessárias. Por quê? Pelo seguinte: nós flagramos uma empresa, em São Paulo, com etiquetas lá na ponta da linha. A etiqueta estava lá. Fomos no mesmo dia à loja, um estoque monumental, de 2, 3 andares com condições péssimas também, com uma exploração brutal dos trabalhadores. E eles lá fizeram um movimento que foi muito duro, para que o Ministério do Trabalho e esta CPI não pudessem lá entrar,



alegando, Deputado Giovanni Queiroz, que não tinha ordem judicial. Ele só esqueceu que a CPI tem poderes policiais e judiciais. Aliás eles também estão convocados para depor aqui, certo Feldman? Então, eles sabiam de tudo, eles sabiam não tem como negar que aquela cadeia tinha uma lógica, e a exploração beneficiava brutalmente o lucro da loja. Essa é uma questão real. O que eu quero colocar é o seguinte: eu acho que ou nós adotamos uma posição radical... E quero fazer um depoimento que acho que o Deputado Feldman, e o Deputado Puty já fizeram. A seriedade com que a equipe do Ministério do Trabalho, do Ministério Público, da Defensoria Pública, os cuidados da Defensoria Pública para com o explorado boliviano, lá na ponta, nós pudemos constatar pessoalmente, cuidados, registro, a legalidade, a conscientização, Deputado Vicentinho. A cada momento citava a legislação. Tudo isso mostra o seguinte: assim mesmo, no bairro que nós fomos — no bairro —, nós visitamos uma, duas, três. Vejam tem mais de 100. Ali passou um correligionário do Deputado Walter Feldman, morador do bairro, e falou: *“É possível que tenha mais de 100 casas só aqui no entorno.”* Para saber o que está dando de dinheiro isso aí e a estrutura que está montada. Então, tem uma estrutura montada. Não é algo marginal. Não é algo marginal. Tem uma estrutura montada e um fluxo, uma cadeia montada de exploração de trabalho com alta lucratividade. Então, é evidente que eu vou querer do nosso depoente e também das Pernambucanas uma explicação mais plausível. Eu quero dizer o seguinte: eu acho que o receptor, que são vocês, do produto final, tem a obrigação de fiscalizar quem fornece. Porque o Ministério do Trabalho faz isso. Ele fiscaliza, dentro da estrutura que ele tem, mas vocês são os maiores interessados nisso, porque, de alguma forma, tem uma responsabilidade. Não há como se livrar dessa responsabilidade, com o produtor, ou intermediário da cadeia, que vai até o fim em cima do trabalho escravo. Então, quero crer o seguinte: primeiro, eu vou pedir a todos, eu estendi, Deputado Puty, eu vou fazer um requerimento, eu quero a lista de todos os fornecedores, de todos os contratos — de todos os contratos —, de todos que forem os depoentes aqui, de todas as lojas que forem depoentes aqui hoje, a primeira questão. Segundo, eu quero crer que a função de uma estrutura, de um comércio do porte das Pernambucanas, é se defender também. Além de fiscalizar, tem uma responsabilidade. Minha posição: eu acho que vocês deviam ter assinado o TAC.



Vocês não assinaram o TAC. Vocês não assinaram. Vocês estão se defendendo na Justiça. Ou seja, vocês estão dizendo que vocês estão sendo injustiçados. Vocês querem apelar para a Justiça e não reconhecem que há atos que vocês deveriam guardar, digamos assim. Eu quero crer que não tem outro jeito. Para a estrutura criminosa que está estabelecida aí, ou o exemplo vem de cima, com a função fiscalizadora do Estado, no caso o Ministério do Trabalho e a estrutura que está aí, ou, então, nós vamos deixar proliferar o trabalho nessa direção. Eu queria fazer essas considerações Deputado Puty, agradecendo pela atenção e ao nosso depoente também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado Deputado Ivan Valente.

Passamos a palavra ao nosso depoente ou...

Deputado Moreira Mendes.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Se quiser já falar todo mundo e depois responder...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - É melhor responder.

**O SR. EDUARDO CIDADE DA SILVA** - Eu gostaria, porque existem vários pontos colocados, se o senhor me permite Deputado, pelo Deputado Ivan Valente. Eu acho que é muito importante esclarecer a respeito desses 43 autos de infração. Não foram 43 ocorrências. Nessa única ocorrência, que ocorreu, foram emitidos, por este caso, 43 autos de infração. Além desses que o senhor mencionou, Deputado, tem um inclusive que nos causa muito espécie, que nos deixa muito entristecidos, que é o fato de nós havermos sido autuados também por praticarmos discriminação racial. Nós somos acusados de praticar discriminação racial e não porque eram trabalhadores indígenas, que não eram registrados por nós. Isso para uma empresa que tem o número de empregados que nós temos, inclusive alguns da mesma origem daqueles trabalhadores, isso nos causa bastante tristeza. Esse é um dos fatores que nos levou, na sua consideração final, a não assinar o TAC, porque nós não praticamos esse ato ilícito. Esse ato ilícito foi praticado por terceiros. Nós queremos sim colaborar com as autoridades, com o Ministério Público do Trabalho, com o próprio Ministério do Trabalho, mas na extensão daquilo que nós podemos fazer — na extensão daquilo que nós podemos fazer. O senhor falou também sobre



a questão do poder. O nosso poder dessas redes varejistas que estão aqui, principalmente dessas redes varejistas, o chamado poder econômico, isso me foi dito pelo fiscal do Ministério do Trabalho, ele é muito limitado. Nós representamos apenas 15% desse mercado varejista. Nos outros 85% desse mercado varejista, eu posso dizer para o senhor que é nós vemos essas ocorrências com muito mais frequência e com muito mais intensidade. Nós temos trabalhado muito forte em cima dos nossos fornecedores e temos cortado fornecedores que não gostaríamos de cortar. Cortamos os fornecedores porque eles se recusam a se submeter ao nosso trabalho de auditoria, e nesse momento nós não queremos mais que eles nos forneçam. E ele, apesar disso, não se preocupa com essa situação, porque ele tem todo um outro mercado imenso pela frente, que está fora desse mercado, das empresas, dos grandes magazines, que, como eu disse, respondem por no máximo 15% desse mercado, e vão em frente. Quer dizer, eu gostaria apenas de colocar apenas essas justificativas ou tentar responder a sua colocação dessa forma, Deputado. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Deputado Moreira Mendes.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Deputados, Dr. Eduardo Cidade, eu sou um modestíssimo advogado do meu Estado. Sou de Rondônia. Quarenta e dois anos em Rondônia, formado aqui em São Paulo e fui para lá. Então, eu conheço um pouco desse campo jurídico de suas nuances, seus caminhos. Eu fico perplexo quando se conduz, Deputado Giovanni, o raciocínio de que uma empresa como Lundgren Tecidos, que conheço há 39 anos... Aliás, eu queria perguntar por que não foi citado Rondônia, porque lá tinha — nem sei se tem — Casas Pernambucanas... Como é que quer se imputar a uma empresa desse tamanho a responsabilidade de fiscalizar o terceiro, o quarto, o quinto lá na ponta, quando isso é uma responsabilidade do Estado. Omissis é o Estado brasileiro, e depois joga o nome de mais de 100 anos na lama, por nada. Vai lá um fiscal... Agora, se eu perguntar diante desta platéia, diante de todos que estão aqui, qual foi a empresa terceirizada pela Lundgren ou pela anterior, da Gregory, que saiu daqui, que contratou os bolivianos? Certamente, aqui dentro ninguém sabe, nem os Deputados. Por quê? Porque certamente o Zé das Couve e companhia ou o Zé Pereira M. E., não significa nada para o Ministério do Trabalho, nem para o



Ministério Público para que eles possam levar essa ideia para a mídia, lá na frente o circo, isso é que eu lamento, jogando e imputando uma responsabilidade a quem não tem, até porque isso é absolutamente impossível do ponto de vista prático. Está aqui, nós acabamos de ouvir, com toda clareza, inclusive coisas que são pouquíssimas as empresas que fazem, de registrar um contrato de adesão. Mas nada disso vale, nada disso vale. Você vê que eles fizeram questão de chegar aonde? Acharam a etiqueta, bem, não foram saber se a etiqueta é falsa ou se não é, enfim, foram lá, Lundgren e Tecidos S.A. Lógico, Casas Pernambucanas, isso dá um escândalo de dimensões nacionais. E aí vai o nome da empresa para a lama, como aconteceu com a outra e, certamente, com todas as outras. É o que acontece com o produtor rural. Fazendeiro que, às vezes, por conta de um banheiro químico, está nessa condição, exposto o nome numa lista negra, por irresponsabilidade e exagero daqueles que estão com a caneta na mão, falando em nome do Estado brasileiro.

Aqui, é de se fazer a pergunta: e esses cidadãos bolivianos? Eu não estou aqui absolutamente discriminado nenhum deles, mas certamente estão em situação irregular no País. Por que a emigração brasileira permitiu? Por que o Governo brasileiro se omitiu ao longo desse tempo todo, e foi permitido que eles continuassem trabalhando aonde estão? Por que não foram fiscalizar, como fizeram os Deputados aqui, que foram lá e conseguiram achar? Por que dois, três, quatro Deputados da Comissão conseguiram achar as empresas que têm trabalho irregular, as tais casas onde são produzidos e por que o Ministério do Trabalho nunca encontrou? Só encontra na hora do escândalo? São com essas coisas que a gente fica preocupado.

Eu fico pensando aqui, se nós formos dessa linha do raciocínio — e a gente percebe aqui que tem Deputados que são mais radicais para lá, outros são mais incendiários para o lado de lá, outros são mais equilibrados aqui, como o Deputado Vicentinho, que tem uma proposta concreta, vamos todos dar as mãos e encontrar um caminho para resolver esse problema, isso é o que precisamos fazer —, mas, se seguir essa linha de raciocínio dos mais incendiários, talvez todos nós aqui tenhamos algum tipo de responsabilidade. Cada roupa dessa que usamos tem uma etiqueta. Um comprou nas Casas Pernambucanas, o outro comprou não sei aonde,





o outro comprou... enfim, daqui a pouco o trabalho escravo vai bater aqui na nossa roupa também.

Se a Lundgren, num exemplo aqui, se Casas Pernambucanas é responsável, eu que comprei na loja dele também sou responsável, pela mesma linha de raciocínio. Isso é um exagero. Eu acho que nós estamos desvirtuando o objetivo disso aqui. Que ia apurar, sim, o trabalho escravo onde ele existe, mas botar essas coisas às claras, que há um exagero por parte do Ministério do Trabalho, que há um exagero por parte do Ministério Público.

Olha essa questão do TAC. Imagina se eu, e vou repetir, como modestíssimo advogado, ia permitir que um cliente meu assinasse uma confissão dessa: “*Não, eu concordo que é trabalho escravo, e eu sou partícipe disso.*” É uma vergonha exigir um negócio desse. Isso é um absurdo. Fez muito bem de não ter permitido. Eu, se estivesse no seu lugar, não sei se foi o senhor que estava lá acompanhando, também não permitiria. Isso é um exagero.

E ainda vejo o Deputado Ivan Valente, por quem eu tenho todo respeito e consideração, cobrar: “*Não, o senhor deveria ter assinado.*” Imagina? Eu queria que fosse ele no seu lugar ou do dono lá para ver se ele assinava. Enfim.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu assinava na hora.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Lógico, V.Exa. não tem empresa.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas é exatamente por isso. Eu não faço trabalho escravo.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - O seu trabalho, Deputado, é sempre esse, é incendiar tudo e deixar a coisa acontecer.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Radical é o Moreira Mendes. Ele é que é um radical livre aqui.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Não, não é não. Acho bom o senhor falar comigo mais devagar.

Então, Sr. Presidente, essas coisas aqui precisam ficar claras. Nós precisamos deixar de fazer desta CPI aqui circo e tratar essas coisas com responsabilidade.

Aliás, quero fazer mais uma pergunta. Disse aqui que são 41, 42, 43 autos de infração sobre penalidades que tenho convicção que não foram cometidas pela sua



empresa. Se alguém cometeu foi a outra, a terceira, a quarta ou a quinta, sei lá quem. Certamente o Ministério do Trabalho deve ter autuado, pela mesma razão, a outra. Então, é o bis in idem, é uma, duas, três, quatro, cinco vezes? Daqui a pouco vamos nós, que estamos vestindo o terno aqui comprado nas Casas Pernambucanas também ser autuados. Dois milhões e trezentos mil de multa, porque compramos uma roupa nas Casas Pernambucanas.

É isto, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO CIDADE DA SILVA** - Deputado Moreira Mendes, gostaria de esclarecer ao senhor que a empresa responsável, a fornecedora, não foi autuada. Os autos de infração foram lavrados exclusivamente contra a nossa empresa.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Pior ainda! Essa é a piada maior!

**O SR. EDUARDO CIDADE DA SILVA** - Eu gostaria também de esclarecer ao Deputado Ivan Valente, em função da solicitação que fez, que nós entregamos, hoje, na Secretaria da CPI, um dossiê contendo todos os autos de infração, todos os documentos relacionados a essa questão, que estavam em poder das Casas Pernambucanas. Além disso, Deputado — o senhor é de São Paulo, nós estamos lá em São Paulo —, não só responderemos, viremos aqui quantas vezes necessário for para responder a respeito do assunto, como estamos à sua disposição em São Paulo e de qualquer Deputado que queira maiores esclarecimentos, inclusive para conhecer o nosso programa interno de auditoria, conhecer como esses trabalhos são feitos dentro da empresa. Nós estamos integralmente à disposição.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Uma pergunta, então. O senhor acha que o Ministério do Trabalho é arbitrário? O Ministério Público, também? O senhor acha isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Deputado Ivan Valente, são vários inscritos.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Quantas vezes o Deputado Ivan Valente vai ter a palavra?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - É uma pergunta. O senhor respondeu para mim, eu estou perguntando.



**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Não, encerrou o prazo. Assim, vou falar também.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ele respondeu para mim, eu estou perguntando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Vou pedir aos senhores tranquilidade. Todos têm direito à inscrição. Deputado Ivan Valente, temos aqui os Deputado Vicentinho, Nelson Marquezelli, Valdir Colatto. Proponho...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - (*Riso.*) Responda a minha pergunta depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Agora, não.

Passo a palavra ao Deputado Vicentinho; depois, Deputado Nelson Marquezelli, Deputado Valdir Colatto. Depois, o senhor responde todas, senão... Porque nós temos outros a ouvir — são 16h26min —, sob pena de prejudicar as próximas oitivas.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Eu quero falar um assunto com o meu nobre Deputado que acabou de falar aqui, mas deixa ele voltar para falar para ele.

Caros colegas, eu quero, antes de mais nada, dizer o seguinte: estou percebendo aqui neste debate que numa hora o Estado é culpado porque age; noutra hora ele é culpado porque é omissivo. Então, alguma coisa está errada. Viu, Ivan? Alguma coisa está errada aqui. Precisamos, então, buscar o equilíbrio, já que o nobre colega falou de equilíbrio. Eu quero declarar que a exposição do Dr. Eduardo Cidade da Silva é uma esperança para nós. Eu quero parabenizá-lo, apesar desse imbróglio no caso específico. Como o senhor jurou a verdade, aqui nós estamos interpretando a sua verdade. Está certo? Isso não impede que o Ministério, que atuou nesta causa, nos mostre as duas questões, os dois pontos de vista, para a gente poder até aprender.

Mas, Deputado Moreira, espera aí, um minutinho só. É coisa simples. Sei que V.Exa. não é nenhum discriminador. Eu tenho certeza disso. O senhor até falou contra a discriminação. Mas nós estamos aqui na CPI do Trabalho Escravo, que “oriundamente” veio do povo negro. No Brasil, existem muitos termos que são criados, “*a coisa está preta*”, “*momento negro da história*”, “*ovelha negra*”, termos que nós recomendamos que as pessoas não falem, como também a “*lista negra*” —



podem dizer “*lista suja*”, “*lista ruim*” —, porque isso dá uma conotação que só estimula um pensamento preconceituoso. Você não falou por preconceito, mas é uma dica de amigo, de colega.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Só falta eu ser processado aqui.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Não! Não será processado por isso, não!

Eu queira apenas chamar a atenção, porque isso daí a gente vai aprendendo, cada um de nós. Aprendi muito isso nas fábricas. Alguns termos contra as mulheres, contra as pessoas com deficiência. Aliás, meu querido Marquezelli, fico aqui só ouvindo: “*Não! Tem que botar na cadeia, tem que...*” Olha, pessoal, nós somos o Estado brasileiro! Nós somos o Estado! Nós não podemos nos omitir dessa responsabilidade! É o Governo, o Poder Judiciário. Nós somos o Estado brasileiro! Então, por isso que há a CPI. Então, nesse aspecto, nós temos responsabilidades. Quando uma empresa resolve... Claro que tem uma preocupação, porque ela é compreensível e legítima. A empresa também faz isso porque quer ganhar dinheiro. Ela sabe que, se ela tiver uma boa produção, com qualidade e trabalho digno, as pessoas vão optar por comprar o produto. Eu conheço muita gente que não compra carro Fiat, por exemplo, porque, enquanto todas as montadoras trabalham 40 horas semanais e pagam um salário X, a Fiat trabalha 44 e paga menos X. Então, falei: “*Não vou comprar dessa empresa.*”

Então, os Estados Unidos adotam muito essa postura. Empresa que teve postura insana, horrível, começa a ver movimentos sociais contra tais e tais produtos. Então, é uma atitude também inteligente, pragmática, digamos assim. De qualquer maneira, é uma empresa centenária. Então, se todas seguissem esse caminho, nós teríamos apenas esse caso, que foi acrescentado aqui que pode ter tido ou não exagero, porque vale a pena a gente ouvir também o contraditório. O problema é que outras não fazem. E os nossos Deputados, pena que o nosso Deputado Moreira que foi ele quem falou aqui, às vezes a gente aqui não pode se comportar como a extrema direita contra o pior dos piores, ao lado do pior dos piores. Então, a gente vai imaginar que nesta Mesa aqui nós vamos defender que exista mesmo isso, que se dane o mundo. Não, pessoal, nós temos responsabilidade. Quanto discurso a gente faz no plenário pela dignidade humana. Ora, qual é o problema de a empresa falar: “*Eu tenho lucro no Brasil, eu cresço, eu*



*tenho famílias. Então, eu gostaria de, como empresa, contribuir para que os meus parceiros não agissem assim. Eu tenho a obrigação com isso, não custa nada, está dentro da faixa de lucro.”* Então, nós temos que tomar muito cuidado com isso. Quer dizer, é um apelo que a gente faz realmente, e insisto nisso, para que as empresas brasileiras e também estrangeiras tenham políticas sociais quanto mais tiverem, mesmo que o Estado tenha a responsabilidade, tenha a obrigação. Nós temos a responsabilidade. Acrescento isso, portanto, Sr. Presidente.

Quero justificar a minha ausência na semana passada. Lá em São Paulo, vocês sabem disso, eu estava representando a Câmara dos Deputados ao lado de uma delegação de companheiros Deputados na Organização Internacional do Trabalho, e discutíamos lá o trabalho decente. Olha só que ironia do destino.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado Vicentinho.

Deputado Nelson Marquezelli.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Eu quero cumprimentar o depoente, o nosso convidado. Eu conheço as Casas Pernambucanas há muito tempo, o Kunning, junto na Companhia Cervejaria Brahma, o Frederico, o pessoal todo lá era colega nosso de trabalho lá.

Eu fico triste e ao mesmo tempo admirado com a criatividade do político brasileiro, do Parlamentar brasileiro, porque não tem país do mundo nenhum que consegue incrementar uma fiscalização dessa, desse porte, e conseguir que a empresa vá até no seu fornecedor fazer fiscalizações. Isso é crime nos Estados Unidos, na Alemanha, na França, 5, 6 países na nossa frente aqui. Isso é crime. A empresa fiscalizada ela processa o seu comprador. Não existe isso. Aqui nós já estamos admitindo, não só admitindo, exigindo que você vai lá no seu fornecedor saber como é a empresa dele, se ela paga imposto, se ele não faz. Isso é um direito lá e que compete ao Estado fiscalizar. É um absurdo. Mas fazer o quê?

No Brasil, depois que eu vi aprovada a Lei do Caminhoneiro, que não existe no mundo inteiro e nós aprovamos, e a Presidente sancionou, o cara que tem um caminhão agora ele roda 4 horas é obrigado a parar meia hora. Queira ou não queira ele tem que parar. Onde vai parar eu não sei, ele tem que parar. Ele roda mais 4 horas, ele tem que parar mais meia hora. E aí ele já fez 8 horas de trabalho,



ele tem que ficar 11 horas parado. É lei, 11 horas parado. Não precisa falar, certo, que vai ter uma fiscalização. E essa fiscalização vai ter uma caneta. E essa tinta da caneta vai valer dinheiro para caramba, certo? Nós estamos no Brasil. Se eu estivesse lá nos Estados Unidos, seria a mesma coisa, talvez com um preço até menor. Nós estamos no Brasil. E isso tudo que a gente faz vem de fiscalização, orientar para colocar no Brasil.

Nós estamos fazendo um Código Florestal, doutor, e eu sou agricultor e aqui tem muita gente que já veio da terra. Se o cara tem um rego d'água de 50 centímetros, ele tem que fazer uma floresta de 5 metros de cada lado numa extensão da propriedade dele. Se tem mil, 2 mil, 3 mil, 4 mil metros, ele tem de plantar. Ele tem um rego d'água, ele vai ter que plantar no mínimo 5 metros de cada lado, que vai de 5 a 100 metros. Agora, não perguntem, vai dar para o Ministério Público fazer a fiscalização? Não, o cara não conhece o que está fazendo. Nós vamos aprovar isso aqui? Eu vou votar contra, lógico, como votei. Mas o que acontece? O cara tem solo diferente. Conhecem taboa? Sabem o que é taboa? São áreas perto do rio que fazem 400, 500 metros quadrados, mil metros quadrados que não nasce nada. É úmido e nasce um matinho assim que nós chamamos de taboa. Fica lá, não dá nada. Isso desde quando o mundo foi feito tem. E agora o Ministério Público, que vai fiscalizar, o que ele vai fazer? Ele vai pegar no *google* o tamanho do rio, vai fazer por edital no jornal, vai convocar todos os fazendeiros para fazerem 5 metros de cada lado no rego d'água a extensão toda. Vai ter casa, vai ter ponte, vai ter morro. Ele não quer saber, ele vai mandar fazer, porque é o outro lado, é a fiscalização. Aí vem o TAC, que o senhor falou, não é? O TAC o cara tem que assinar. Se não assinar, paga multa, vai para a justiça, faz um monte de coisa.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - É, 30 metros, vai até 100 metros. Eu estou falando do menor, eu não estou defendendo o grande, porque o Ivan já briga comigo porque eu vou defender o grande. *(Risos.)* Briga comigo. Olha, Ivan, trabalho escravo lá atrás a definição era essa: precisava ser negro, trabalhar embaixo de chicote, dormir acorrentado e sem salários. Esse é o trabalho escravo que, graças a Deus, acabou, em menos de 1.800 e pouco terminou isso aí.



Nós temos hoje trabalhos em alguns lugares do País que vamos chamar pode ser degradante, pode ser mal pago, porque também o cara não é obrigado a trabalhar. Ele tem emprego para trabalhar, ele tem outras opções para fazer, ele não vai se sujeitar num emprego...

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Tem lugar que é, viu, tem lugar em que ele é obrigado. E, se não for trabalhar, ele é morto.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Não, ele não é obrigado a trabalhar. O cara vai trabalhar onde quiser, começa por aí. E é lógico que tem emprego mal pago, tem serviço mal pago, tem péssimo patrão, como também tem péssimo empregado. Quando eu brinquei com ele, ele falou: *“Ah, se for isso aí, tem empregado que é caro para pagar 60, 80, 200 reais por dia, é caro esse empregado. Ele não rende o suficiente.”* Não existe no mundo o que eu estou vendo no Brasil. Eu vi no caminhoneiro, eu vi no Código Florestal e estou vendo no trabalho escravo. Eu falei baixinho pra ele aqui. Eu falei: Oh, Vicentinho, o PT começou a perder a eleição de 2014. Começou a trazer um conflito social para o País que está apenas começando, está apenas começando. Vocês estão colocando uma rede no País de fiscalização em cima do povo, de uma certa maneira, que vai redundar em votos em 2014. E não é possível, subiu na cabeça de vocês o poder de uma certa maneira que o Presidente Lula vai fazer acordo com Maluf e achando que isso é normal, achando que isso é normal.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu concordo com você.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Achando que isso é normal. Então, eu quero aqui, em nome de uma parte dos Deputados, dizer para o representante das Casas Pernambucanas que, como a gente conhece uma cidade, e isso a gente falava no interior, a cidade tem uma igreja e uma Casas Pernambucanas numa esquina. Essa é a cidadezinha do interior do Brasil. Outras apareceram agora, mas essa é a cidade pequena do Brasil.

Lamentavelmente nós nem definimos ainda o que é trabalho escravo e a fiscalização já está 1 ano na frente, falando para nós que trabalhar no sol sem chapéu é trabalho escravo; trabalhar numa sala com 4, 5 empregados num ambiente é trabalho escravo; trabalhar sem calçado é trabalho escravo; beber água no rio onde o boi bebeu é trabalho escravo. E aí vai uma infinidade de absurdos e a



fiscalização já está no campo. E vocês pensam que está rendendo votos para vocês. Não está não, porque o desemprego já vem vindo.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Presidente.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - O desemprego já vem vindo. Hoje, de manhã, na Procuradoria, 12 proprietários rurais dispensaram, na soma dele, 70 roceiros, cara que roça pasto, falando: *“Ora, acabei de vir aqui a Brasília para comprar um tratorzinho e roçadeiras porque eu não vou ter mais roceiro para trabalhar. Eu vou botar roçadeira, eu vou ter um operador de máquina.”* Então, eu queria dizer aqui as nossas escusas de ter convidado, as nossas escusas de você ter recebido lá nesse ponto 40 e tantas multas aí, que a gente percebe perfeitamente que é dirigida, que é uma coisa indescritível. Nós não podemos descrever uma posição dessa que está tendo no Brasil que não existe nos Estados Unidos, na França, na Alemanha, nada. Lá tem responsabilidades definidas, distintas e cobradas, certo? Aqui nós queremos cobrar. É mais fácil cobrar do empresário-mor, da cadeia toda. Poxa, é o único país do mundo que vende o produto, a fábrica de cerveja lá que vende o produto cobra tudo lá. Vai até no bar, o cara tem lá. Se ele der uma garrafa de presente o imposto dele está pago lá dentro da fabricação. Tudo é na origem, certo? É o único país do mundo que faz o pedágio, que nós estamos fazendo as cessões de estrada de uma certa maneira que você tributa toda a população. Não é dono do veículo não, você tributa a mercadoria, você põe o caminhão com os eixos, tributando os eixos. Então, nós estamos caminhando num ponto que vai ser fácil no palanque em 2014 falar: *“É, quem fez isso foi o PT.”*

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Você me dá um aparte, meu colega? Obrigado pelo aparte. Só dizer o seguinte: olha, no nosso diálogo aqui, claro que o assunto que está em voga é o debate sobre essa realidade e esses depoimentos importantes feitos pelas empresas que vão nos ajudar a refletir sobre a realidade. Como eu falei no começo, a ideia não é constranger ninguém, muito pelo contrário. Agora, é preciso tomar um certo cuidado, porque vocês fazendeiros, vocês muitos grileiros da direita, diziam que, se o Lula ganhasse as eleições, ele ia comer as crianças, ia tomar as terras, ia acabar com o País, que as empresas iam embora. Não aconteceu nada disso. Então, por favor, não preveja um futuro tão mal para o nosso País. A Dilma vai ser reeleita e muito bem reeleita. Eu não iria lá falar com o





Paulo Maluf, mas você está com ele aqui direto, toda hora aqui no plenário, eu também estou. Então, qual é o problema? Mas eu não iria lá falar assim mesmo. De qualquer maneira, lutar pelo fim do trabalho escravo não é provocar o fim da eleição.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Vicente, a criminalidade que vocês estão querendo por no trabalho escravo é expropriação do imóvel, expropriação de terra. Isso não tem mais na Rússia e nem em Cuba, já acabou. E vocês estão implantando aqui, querendo implantar no Brasil.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Que expropriação de terra é essa? Vocês é que estão querendo invadir terra indígena e quilombola. É o contrário, vocês querem acabar com a Unidades de Conservação, com as terras indígenas, quilombolas e estão falando que vai haver expropriação de terras.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado Marquezelli.

Deputado Ivan Valente, eu sei que o debate está ficando...

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Sr. Presidente, queria cumprimentar V.Exa., Deputado Cláudio Puty.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Vamos fazer um debate, Presidente, exclusivo sobre isso aqui. É um desrespeito aos nossos convidados.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - E também cumprimentar o Sr. Eduardo Cidade da Silva e o Giovanni Queiroz, que é o nosso Relator, e pedir a V.Exa. que me garanta a palavra.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - O pessoal está chateado porque aprovamos o fim do trabalho escravo no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Só para esclarecer o procedimento. Nós estamos regidos pelo Regimento, o Deputado tem 10 minutos, com direito a aparte, o tempo é descontado dos 10 minutos. Foi concluído agora. O senhor é o próximo inscrito, o senhor tem direito a 10 minutos. O que eu gostaria de propor para não lhe penalizar, para não atuar como retroatividade da lei, para que nós reduzíssemos as intervenções para, no máximo, 5 minutos. Nós temos ainda mais 3 depoentes, e obviamente a presença dos senhores é importante para que o debate seja feito e para que seja tomado o depoimento.



Então, Deputado Valdir Colatto.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - A regra é para todos, menos para o Ivan Valente, não é, Presidente? Mas eu queria cumprimentar V.Exa...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu fui o que falei menos aqui.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - ... cumprimentar também o Eduardo Cidade da Silva.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu fui o primeiro a falar eu me sinto prejudicado.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Continua falando, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Deputado, nós estamos controlando o tempo de todos.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Dá para cortar lá o microfone? Senão, ele não vai nos deixar falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - A equipe está controlando o tempo de todos.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - É um indisciplinado.

Sr. Presidente, eu queria, então, tentar aqui falar, se o Ivan deixar, a situação que foi criada aqui com o Dr. Eduardo. Com certeza nós também. Eu sou do tempo que usava aquelas calças curinga de xadrez das Casas Pernambucanas. A minha mãe comprava em fardo para fazer calças e camisas para 14 irmãos que eu tenho. Então, sou desse tempo e com certeza estou aqui e cheguei ao Congresso Nacional. Sou lá da roça, da roça que muita gente não conhece, não sabe como é que é e que..

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Descobrimos do segredo da eleição do Deputado Valdir Colatto. Uma família grande.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Muito cabo eleitoral, aliás, gerais. Meus irmãos são gerais eleitorais.

Então, Presidente, a gente ouve todos esses lados, essas questões que estão sendo colocadas aqui, mas, realmente, eu concordo que há aí um excesso de zelo, me parece, não só nessa questão da fiscalização do Ministério do Trabalho, mas de todos os fiscais que vão buscar aquela empresa que dá ibope, que dá visibilidade na mídia, que dá notoriedade aos fiscais e àqueles que fizeram.



É claro que multar uma oficina lá da esquina não teria nenhuma repercussão. Mas as Casas Pernambucanas são importantes, a mídia vai dar espaço. Só que as pessoas não têm o bom senso de avaliar o impacto e as consequências disso. Com certeza, na hora em que sai na mídia que as Casas Pernambucanas estariam praticando o trabalho escravo...

Eu também quero saber como é que é trabalho escravo, como o Markezelli falou aqui. Não conheço. Se houver alguém que faz trabalho escravo, leve-me lá, porque eu quero ver e hoje ir lá prender essa pessoa. Mas você ter lei trabalhista não cumprida é uma coisa, trabalho escravo é outra — é isso que nós temos que cuidar.

Eu ficava aqui refletindo, Presidente, nessa situação de como é que nós poderíamos fazer esse trabalho, se nós temos que buscar as origens dos produtos que chegam — até uma empresa ou um consumidor —, se nós temos que buscar essas origens. Por exemplo, se nós tivéssemos que buscar as origens dos produtos que são entregues ao Governo, que são vendidos para o Governo — ene produtos, nem vou citar aqui —, será que todos eles estariam dentro da legislação tão rígida, como é exigido aqui, no caso de V.Sa.? Será que é? Eu nunca vi alguém do Governo ir buscar, numa licitação, a origem, se tinha alguma coisa que não batia com a legislação trabalhista ou, se preferir, esse conceito de trabalho escravo, que esse Brasil tem que discutir e tem que realmente colocar no papel, para não ficar à mercê de um fiscal, às vezes corintiano, que perdeu o jogo no final de semana e, na segunda-feira, quer descontar em alguém, na caneta, porque não gosta dessa ou daquela pessoa. Isso é um exagero de poder que nós temos que coibir.

E não é só nessa área, mas em todas as áreas. Agora mesmo, nós estamos aí com problemas seriíssimos, Deputado Giovanni, na área da agricultura, na área da fiscalização dos produtores, das indústrias: é uma enxurrada de fiscalização e de multas, impedindo que os nossos produtores trabalhem, inclusive dificultando a exportação brasileira. Imaginem. Os outros lá fora facilitam que você exporte. Aqui nós dificultamos para o Brasil exportar, exigindo coisas que nem lá fora os compradores não exigem de nós. Imaginem essa história aqui.

Agora mesmo, Markezelli, nós aprovamos uma lei aqui nesta Casa, que é a Lei da Reciprocidade. Todos os países que venderem algum produto agropecuário



florestal para o Brasil têm que respeitar e se enquadrar na Lei Ambiental Brasileira. Imagine quem é que vai conseguir exportar para nós aqui. Ninguém mais, graças a Deus. Ninguém vai mandar nada mais para nós, e nós vamos estar livres do produto importado.

E se isso acontecesse lá fora, com esses enquadramentos do trabalho escravo, que as pessoas vão para a lista negra... Não sei se aconteceu isso, e queria fazer esta pergunta: se as Casas Pernambucanas, quando enquadrada como trabalho escravo, foi para a lista negra? Não foi. Os fornecedores, porque se foram...

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** - Deputado, não é mais lista negra, é lista suja. O Vicentinho já pediu.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Mas a lista negra, o que é que faz? Ela corta o crédito, ela torna...

Pois não.

**O SR. EDUARDO CIDADE DA SILVA** - Deputado, esses autos de infração ainda estão sendo discutidos na esfera administrativa. Mas, dependendo da decisão que venha, ao final da esfera administrativa, corremos o risco, sim, de ter o nosso nome lançado nessa lista.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Então, e é uma decisão administrativa você ir para essa lista. Quando for para essa lista, simplesmente, vocês vão estar numa situação muito difícil, porque se fecham todas as portas de crédito e também das questões de ter legalidade dentro do processo. Então, seria praticamente falência da empresa, com certeza.

Então, o que é que nós temos que pensar? Aquele que fizer uma decisão dessas tem que pensar nas consequências dela. Por isso, tem que ter muito cuidado.

Eu sei que aqui há fiscais do trabalho e peço, pelo amor de Deus, que vocês tenham bom senso nesse processo, porque, no momento em que a pessoa saiu dali, vai para a lista negra, vai para o Ministério do Trabalho, vai para o Ministério Público e vai para a condenação. E agora, com a PEC que ainda não foi votada pelo Senado, irá para a expropriação da empresa e da área rural também, não só da área agrícola, não. A expropriação é da empresa urbana e rural. Temos que lembrar isso porque, aliás, a área urbana não se ateve a isso, não brigou por isso. Nós brigamos



para acertar isso, não conseguimos, mas a área urbana ficou omissa nesse processo. As representações, vamos dizer, deixaram passar ao léu isso que está lá no Senado. E espero que os Senadores tenham mais juízo do que os Deputados para resolver essa questão. Mas eu queria dizer, Marquezelli, já pensou se nós tivéssemos que tratar de trabalho escravo na agricultura! Quem é o escravo hoje na agricultura? São todos os agricultores brasileiros. Por favor, Ministério do Trabalho, vão multar, vão prender os agricultores brasileiros, não os empregados, mas os agricultores que trabalham de 18 a 20 horas por dia, chuva ou faça sol, de domingo a domingo. Esses são os escravos do Brasil que, quando vão vender o seu produto, ainda têm “n” ações: trabalho escravo, ambiental, trabalhista, não sei o quê. Essas pessoas, que hoje são só 5% dos brasileiros, estão saindo da roça. E nós da cidade vamos ver quem é que vai produzir comida para chegar à nossa mesa. Então, levando nesse sentido, teríamos de sair aí, Deputado Giovanni, Deputado Marquezelli, vendo quem produziu fertilizante, quem produziu a máquina, quem produziu o inseticida, quem produziu a semente, ir lá nos confins do Brasil ver qual é a origem, se não estamos comprando um produto de alguém, dentro da legislação, que está praticando o dito trabalho escravo. Eu entendo que nós temos que começar a repensar o Brasil, onerar menos aqueles que produzem, que trabalham. Com certeza, a ditadura da fiscalização no Brasil está inviabilizando o Brasil. Eu também acho, Marquezelli, que isso é um tiro no pé. Tenho certeza de que a Presidenta Dilma não comunga com isso, pois ela tem sérios problemas, dentro do próprio PAC, com as questões ambientais. O Ministro Crivella, ontem, fez um depoimento dramático na Comissão de Agricultura, dizendo que não consegue outorgar as águas do Brasil, das empresas para produzirem peixes em 1% da superfície de 10 milhões de hectares de água no Brasil, porque as questões ambientais não deixam. Estava o Ministério do Meio Ambiente junto. Então, chegamos a um ponto em que quem produz e trabalha hoje é o criminoso, é o bandido; aquele que gera emprego é o bandido, que gera emprego é o bandido. Eu não sei qual é a linha de pensamento que estamos levando para o País. É por isso que estamos aqui lutando tanto para esclarecer este processo, para tirar desta Comissão uma decisão de definir exatamente essa questão do trabalho escravo, não ficar simplesmente no conceito do fiscal. Temos de definir exatamente o que é trabalho escravo, o que é trabalho, o



que é lei trabalhista, o que foi cumprido e o que não foi cumprido. Aliás, as leis trabalhistas são muito fortes, muito rígidas, e não precisa mais de lei nenhuma se alguém quiser multar. E as recicladoras, como é que ficam? As recicladoras que recebem o lixo do catador de lixo? Esse pessoal está no trabalho escravo ou não em cima de carroças. Crianças no lixão, como vemos na televisão. Há uma novela que mostra claro isso. A origem dessa matéria prima vem daí. E onde está o Ministério do Trabalho para cuidar disso? Eu vejo todos os dias as carrocinhas andando nas ruas com as crianças em cima, aqui em Brasília, e ninguém dá bola para isso. E para onde vai esse material? Vai para as recicladoras que estão aí tirando lixo da sociedade, o nosso lixo e reciclando. E eles mereciam ser aplaudidos por isso. Mas, se nós levarmos nessa linha, então tudo é trabalho escravo nesse Brasil. Vamos recomeçar tudo de novo. E, com certeza, se nós recomeçarmos ou pararmos de produzir, os fiscais, que ganham muito mais do que a média dos brasileiros — salários bons —, não teriam mais o seu emprego. Quem sabe essas pessoas fossem para dentro da empresa, para dentro da fábrica, para dentro da agricultura, tocar uma agricultura, para ver como é o dia a dia, com certeza, mudariam a linha de pensamento de perseguir aqueles que produzem e que trabalham. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Cláudio Puty) - Dr. Eduardo, V.Exa. tem a palavra para responder os questionamentos e fazer as suas considerações finais.

**O SR. EDUARDO CIDADE DA SILVA** - Eu acho que pouco há a ser respondido, para concluir, mas eu gostaria de fazer uma consideração final em relação a tudo o que nós colocamos e ao que foi dito pelos Srs. Deputados. Eu acho que é importante consignar que todo esse trabalho que nós fazemos de verificação dos fornecedores, todo esse trabalho que nós fazemos de seleção dos nossos fornecedores não é um trabalho que resulta de uma exigência de responsabilidade legal da empresa. Nós fazemos isso por conta da nossa responsabilidade social. Pernambucanas é uma empresa que leva muito a sério a questão da responsabilidade social e que, em todos os seus atos, coloca as pessoas na frente, inclusive em relação a todos aqueles que trabalham na empresa.

Essas eram as considerações finais que teria a fazer, Deputado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Giovanni Queiroz) - Dr. Eduardo, muito obrigado pela atenção do senhor e por ter aceito o nosso convite para estar aqui. E queria, neste instante, então, já agradecendo V.Exa., deixá-lo à vontade.

Convido o Sr. Élio França para tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Sr. Élio França, Diretor de Marketing da C&A. Já está descendo. *(Pausa.)*  
*(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Vamos deliberar alguns requerimentos antes do depoimento.

Como sou autor de dois dos requerimentos, passo a Presidência, formalmente, ao Deputado Giovanni Queiroz, que vai fazer a leitura do requerimento.

Gostaria de propor, estava acordando com o Deputado, que aprovássemos em bloco os requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Giovanni Queiroz) - Para deliberação de requerimentos.

Requerimento nº 54/12, do Sr. Cláudio Puty, que “requer a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI por 60 dias”.

Como vamos votar em bloco, vamos ao segundo requerimento.

Requerimento nº 55/12, do Sr. Cláudio Puty, que “requer realização de audiência pública para tomada de depoimentos no Estado do Pará, com algumas modificações de nomes”.

Convido o Sr. Bispo de Balsas, Dom Enemésio Ângelo Lazzares, Presidente da Comissão Pastoral da Terra; o Sr. José Batista Afonso, da Comissão Pastoral da Terra, do Município de Marabá; o Sr. Airton Pereira, da Universidade Estadual do Pará; o Sr. Jarbas Vasconcelos, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pará; a Sra. Bruna Bonfante, do Ministério Público do Estado do Pará, no Município de Marabá; o Sr. Jônatas Andrade, da 2ª Vara do Trabalho de Marabá; o Sr. Ubiratan Cazetta, do Ministério Público Federal do Município de Belém; o Sr. Roque Quagliato, pecuarista do Estado do Pará ou representante; o Sr. Presidente da Agropecuária Santa Bárbara em Xinguara ou representante, o Sr. Presidente da FAEPA — Federação da Agricultura do Estado do Pará; o Sr. Presidente da FETAGRI, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará.



O Sr. Cláudio Puty, para defender, se precisar, esses requerimentos. *(Pausa.)*

Requerimento nº 50/12, do Sr. Domingos Dutra, que “requer realização de diligência por esta Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as denúncias de aliciamento de mão de obra de maranhenses nos Municípios de Coroatá, Codó e Timbiras, por supostas agências de turismo, para trabalharem em condições análogas à escravidão nos canaviais, na construção civil das Regiões Sudeste e Centro-Oeste”.

Item 4. Requerimento nº 52/12, do Sr. Valdir Colatto, que “requer que esta Comissão convide o Sr. Enry de Saint Falbo Júnior, ex-Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, para discorrer acerca do trabalho escravo ou análogo de escravo”.

Item 5. Requerimento nº 53/12, do Sr. Nelson Marquezelli, que “requer seja convidado para participar da audiência pública, nesta CPI, o Sr. Tasso Jereissati, Senador da República na 52ª e 53ª Legislaturas e autor do Projeto de Lei nº 5.016/2005, que estabelece penalidades para o trabalho escravo, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que regula o trabalho rural e dá outras providências”.

Sr. Presidente, é essa matéria que coloco em votação.

Os senhores que queiram discuti-la. *(Pausa.)*

Como ninguém discute, em votação.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Presidente, queria só acrescentar um convidado aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Giovanni Queiroz) - Sim.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - No momento em que foi convidada a FETAGRI — Federação dos Trabalhadores na Agricultura...

**O SR. PRESIDENTE** (Giovanni Queiroz) - No Pará.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - ...seria de bom alvitre convocar a CONTAG, porque aí tem uma representação nacional e poderá trazer muito mais dados para todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Giovanni Queiroz) - A proposta é para ouvir no Pará, por isso.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Ah, é no Pará!





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Giovanni Queiroz) - É no Pará.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Perdão, perdão, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Giovanni Queiroz) - Pode continuar?

Então, em votação em bloco os requerimentos. *(Pausa.)*

Como ninguém se manifesta, aprovados.

Sr. Presidente, devolvo a V.Exa. a condução dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado Giovanni Queiroz.

Passemos, então, ao nosso próximo depoente, Dr. Elio França, Diretor de Marketing da C&A, a quem eu requeiro, como os outros, que leia o termo de compromisso que será agora firmado.

**O SR. ELIO FRANÇA** - *“Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado. Dr. Elio França. O senhor tem 20 minutos para o seu depoimento.

**O SR. ELIO FRANÇA** - Sr. Presidente Cláudio Puty, Srs. Deputados, senhores e senhoras, em primeiro lugar, gostaria de ressaltar a importância de colocar em pauta um assunto tão relevante para a sociedade brasileira quanto a questão da existência de trabalho em condições análogas à escravidão. Reconhecemos a seriedade da questão e entendemos como essencial o papel desta Comissão Parlamentar de Inquérito no combate a esse tipo de trabalho. Como representante da C&A, e com o entendimento de que exercemos um importante papel para o aprimoramento da cadeia de fornecimento do varejo de moda brasileiro, buscando parceiros mais responsáveis e conscientes, vou expor algumas das experiências da empresa em prol da promoção de boas condições de trabalho na nossa rede de fornecimento. Faz parte do DNA da C&A o compromisso de oferecer aos nossos clientes produtos íntegros. Para nós, produtos íntegros são aqueles fabricados de acordo com condições justas e favoráveis de trabalho e respeitando questões de saúde, segurança e meio ambiente. Nesse sentido, temos um rigoroso Código de Conduta para Fornecimento de Mercadorias, que descreve os padrões éticos de conduta comercial que entendemos como fundamentais nas negociações com nossos fornecedores. Esse código prevê que o fornecedor atenda



a requisitos relativos a condições adequadas de trabalho, com base no respeito aos direitos humanos; liberdade de associação de seus empregados; cumprimento de obrigações visando à proteção ambiental; completa divulgação de informações referentes ao processo de produção e unidades subcontratadas; e autorização para a realização de inspeções e monitoramento na sua unidade e de seus subcontratados. O Código de Conduta da C&A é válido no Brasil e nos países onde a empresa tem relações comerciais. O Código é extensivo a todos aqueles com os quais nossos fornecedores mantenham relacionamento, incluindo empregados, subcontratados e demais terceiros. Apesar disso, em 2006, fomos notificados de que um subcontratado de nossos fornecedores estava atuando com trabalhadores estrangeiros em situação irregular no País. Na ocasião, prestamos todos os esclarecimentos necessários, bem como colaboramos com os órgãos responsáveis, cumprindo até hoje o que nos foi solicitado. O assunto foi arquivado, e não há mais nenhuma pendência a esse respeito. Em função desse fato, nos debruçamos novamente sobre o tema e trouxemos para o Brasil, em 2006, a SOCAM, empresa de auditoria do Grupo C&A, especializada no monitoramento das condições de trabalho da sua rede de fornecimento. Implementamos um processo inédito e pioneiro no setor de varejo de moda brasileiro, de mapeamento e acompanhamento de toda a cadeia de nossos fornecedores de mercadorias, para que os fornecedores de vestuário, calçados e acessórios que abastecem nossa rede, diretos ou subcontratados, nacionais ou internacionais, sejam monitorados e regularmente auditados, segundo o que está previsto em nosso Código de Conduta. Desde 2006, foram mais de 9.500 inspeções em fornecedores e unidades subcontratadas — oficinas de costura, estamparias, lavanderias, entre outros. Nas visitas, os auditores da SOCAM verificam itens relativos à saúde e à segurança dos trabalhadores, pagamento de salários e jornada de trabalho de acordo com a legislação trabalhista ou a convenção coletiva, ausência de trabalho infantil ou análogo ao escravo, liberdade de associação, não discriminação e não existência de situações de abuso ou assédio no local de trabalho. No total, observamos uma lista com mais de 110 itens.

Ao final das visitas, sempre conduzidas com a orientação de melhorar as práticas, o auditor detalha com o proprietário do local os pontos a serem corrigidos.



O não cumprimento das cláusulas do Código de Conduta pode implicar desde um plano de ação corretivo até o cancelamento imediato do contrato de fornecimento.

Todas as informações coletadas por nossos auditores durante as visitas, que acontecem sem prévio aviso, são registradas em um sistema que permite o acompanhamento da evolução das auditorias.

O trabalho da C&A, entretanto, não se resume às auditorias. A empresa vai além: conscientiza, orienta e capacita as empresas fornecedoras. Procuramos ressaltar a corresponsabilidade de cada fornecedor no processo de melhorar as condições de trabalho no setor e contribuir para eliminar práticas irregulares. Nesse sentido, realizamos eventos de conscientização e a capacitação com os nossos fornecedores; desenvolvemos materiais didáticos com orientação sobre como manter um ambiente de trabalho saudável, e capacitamos os auditores da SOCAM para que também exerçam esse papel, de agentes de transformação.

A experiência com as boas práticas na cadeia produtiva permitiu à C&A exercer um importante papel na criação do Programa de Qualificação de Fornecedores para o Varejo da ABVTEX — Associação Brasileira do Varejo Têxtil.

Temos um treinamento interno voltado à área comercial, responsável pelo desenvolvimento de produtos e negociação comercial, que inclui eventos para discutir o fornecimento responsável e a sustentabilidade.

Em 2010, a C&A foi a pioneira mais uma vez e assumiu publicamente, com a assinatura do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, compromissos com a promoção do trabalho decente.

O Pacto é uma iniciativa da sociedade civil, criado com o objetivo de mobilizar o meio empresarial e a sociedade para não comercializar produtos de fornecedores que usem trabalho análogo ao escravo. As ações do Pacto são coordenadas por um Comitê de Monitoramento, formado pelo Instituto ETHOS, Instituto Observatório Social, Repórter Brasil e pela OIT.

Além da decisão da C&A em se tornar signatária do Pacto, a empresa também mobilizou fornecedores para o tema, o que resultou, no primeiro momento, na adesão voluntária de 40 de nossos parceiros ao Pacto. O trabalho de sensibilização e formação para o tema é contínuo e permanentemente tratamos do assunto com os nossos fornecedores.



Uma outra frente de atuação da C&A, por meio do Instituto C&A, é a colaboração com a Pastoral do Migrante, com apoio financeiro e técnico, de acordo com a identificação conjunta das principais demandas para o acolhimento e a regularização dessas pessoas no País.

É importante ainda ressaltar que a C&A foi, em 2009, a primeira empresa do setor de moda a produzir no Brasil um relatório com base nas diretrizes da transparência da organização internacional *GRI — Global Reporting Initiative*. Em 2012, lançamos o segundo relatório com informações relativas aos anos de 2010 e 2011.

Nessa publicação, além do relatório das atividades realizadas, detalhado em mais de 60 indicadores, são destacados os planos de metas da empresa para os próximos anos, nos aspectos de gestão, expansão, recursos humanos, meio ambiente e responsabilidade na cadeia de fornecimento.

O detalhamento dessas ações pode ser encontrado no nosso Segundo Relatório de Sustentabilidade, disponível no *site* da C&A. Caso seja do interesse dos excelentíssimos senhores, o relatório também estará disponível ao término desta reunião.

Por fim, gostaria de reforçar que temos certeza de que o aprimoramento na cadeia de fornecimento passa pela atuação conjunta de diversos atores sociais e de outras empresas do setor têxtil e de confecções. Apesar de fazermos parte de um setor extremamente pulverizado e competitivo, estamos conscientes de nosso papel e engajados na promoção de boas condições de trabalho na cadeia têxtil. Alinhados com nossos valores e crenças, estamos agindo de maneira firme e tomando todas as decisões possíveis para prevenir a ocorrência de trabalho irregular em nossa rede de fornecimento.

Esperamos que as práticas da C&A inspirem o setor para o processo de contínuo aprimoramento das relações de trabalho no Brasil e agradecemos a oportunidade de apresentarmos, diante de V.Exas., as ações que temos empreendido nessa direção. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Dr. Élio França.

Passamos ao Deputado Vicentinho para as suas perguntas.



**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Caro Presidente, caros colegas, Dr. Élio Franca, neste caso, o que eu tinha que dizer é parabéns. Eu sei que existem conflitos trabalhistas, que é uma questão do mundo do trabalho. Sei que os nossos sindicatos têm feito muitas lutas por melhores condições de salário e de trabalho, mas esse depoimento que o senhor acabou de fazer mostra que é possível a gente ter essa condição que a gente quer para o País. Eu não tenho o que dizer, Presidente, apenas dar parabéns pela verdade que ele acaba de colocar perante todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Deputado Colatto.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Dr. Élio França, na verdade, eu também quero parabenizar o trabalho que faz, mas eu não entendi muito bem como é o processo que vocês atuam dentro dessa logística que vocês fazem para fazer o trabalho que vocês fazem.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** - De qualificação do fornecedor, não é isso?

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Exato. Como é que funciona isso? É o fornecedor que contrata vocês? Como é que funciona essa engenharia? Gostaria que o senhor pudesse explicar um pouco isso.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** - Eu queria, só complementando, Sr. Presidente, se me permite, dizer o seguinte: na verdade, o que a C&A está fazendo é qualificando o seu fornecedor, e, aí sim, ao invés de fiscalizá-lo. Quer dizer, ao qualificá-lo já logicamente passa todas as exigências de um trabalho que seja limpo no sentido de que...

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Mas fiscalizam também.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** - Ao mesmo tempo, ao mesmo tempo. Mas não fiscalizar, porque fiscalizar não é obrigação dele. Mas ele coloca condicionantes para que aquele contratado, aquele fornecedor possa continuar na lista de fornecedores da empresa. E, ao qualificá-lo, logicamente, Vicentinho, que tem, entre todas as exigências, a não exploração da mão de obra, ou não ter, lá na sua oficina, uma condição inóspita para que possa bem produzir. Então, de parabéns V.Exa.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Sr. Élio, as respostas das empresas têm sido diferenciadas aqui. A partir do primeiro depoimento até o terceiro, agora... Nós estamos no terceiro ou no quarto? Terceiro depoimento. Nós temos uma espécie de crescente grau de comprometimento das empresas com a auditoria das condições de trabalho. E me parece que esse é o nosso ponto principal aqui, talvez o pomo de discórdia, e que parece talvez indique caminhos de proposição para a Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Nelson Marquezelli, no sentido de caminharmos para a erradicação de práticas nefastas de contratação sem punição, digamos, injustas, por assim dizer. Então gostaria que o senhor, fazendo coro às questões anteriormente relatadas, às perguntas anteriormente feitas, descrevesse, de maneira mais precisa, como é esse processo de auditoria interna, como é esse processo de qualificação. E se esse processo de qualificação de fornecedores teria sido implementado caso a fiscalização do trabalho não tivesse exercido alguma pressão sobre a empresa. Gostaria que o senhor então relatasse duas coisas: descrevesse o processo de qualificação e respondesse qual é o papel da fiscalização para que vocês criassem esse programa, por assim dizer. Em terceiro lugar, quais são as dificuldades de implementação desse processo de qualificação de fornecedores no dia a dia das compras, das contratações da C&A.

**O SR. ÉLIO FRANÇA** - Srs. Deputados, o nosso processo começa quando identificamos um fornecedor. Esse fornecedor é obrigado a assinar um contrato, que é um termo de fornecimento. E também faz parte desse contrato um código de conduta de fornecimento. Então, todas as práticas estabelecidas pela C&A fazem parte desse contrato e desse termo de conduta que ele é obrigatoriamente orientado a seguir, com base no contrato ou a rescisão desse contrato. Acontecendo isso, o nosso processo de monitoramento da cadeia, e ele envolve não só o fornecedor direto como todos os seus subcontratados, ele é obrigado, no momento em que ele assina o contrato conosco, de fornecimento, a identificar todas as unidades que trabalham com ele de forma subcontratada. E todas essas empresas, ele sabe, ao assinar o contrato, que ele é obrigado a receber os nossos auditores sem prévio aviso. Não aceitar a visita de um auditor é uma falta grave. A partir disso, temos um grupo de auditores que fazem visitas constantes aos fornecedores. Nós fizemos, de 2006 até o momento, mais de 9.500 inspeções nessa rede toda, envolvendo



subcontratados e fornecedores diretos. Então, nesse ponto, são mais de 110 itens que são checados. Ele checa se todo o registro está correto, de todos os funcionários, as condições de trabalho, ele checa se a gente faz um rastreamento dos pedidos para ter certeza de que não vai haver nenhum tipo de escape, em termos de mandar para uma outra subcontratada, não planejada ou não listada dentro do que ele colocou para a gente e, a partir daí, tudo isso é avaliado. E constantemente o nosso trabalho é sempre de aprimoramento da cadeia. Então, sabemos das dificuldades. É uma rede extremamente pulverizada. E a partir daí damos orientações e acompanhamento para o desenvolvimento e realmente manter empregos com o nível de qualidade adequado para o trabalhador que está desenvolvendo as atividades aqui no Brasil. O nosso trabalho com as auditorias começou a partir de 2006, mas o nosso contrato de fornecimento, ele já é muito mais antigo. A gente começou com o contrato de fornecimento a partir de 1992. E nesse contrato já descrevia todas as condições de trabalho que tanto o fornecedor deveria seguir quanto os subcontratados. A nossa iniciativa de trazer, a partir de 2006, a SOCAM, ela vem de uma prática que a C&A já adota no mundo inteiro. Então, hoje a SOCAM atua no Brasil, mas ela já começou a atuar, há 10 anos antes, em outros mercados onde a gente já tem também fornecimento. E a partir daí, o trabalho aqui no Brasil só vem ganhando volume. A gente tem conseguido também, não só treinar os nossos fornecedores mas também desenvolver com eles outros agentes dentro dos fornecedores que possam também visitar os nossos subcontratados e, a partir daí, garantir que as condições de trabalho estejam corretas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado.

Mais alguma pergunta? *(Pausa.)*

Você mencionou sobre um relatório de sustentabilidade que estaria disponível. Então, nós gostaríamos de requisitar formalmente que esse relatório esteja à disposição dos membros da CPI.

Estamos avançando, aumentando a produtividade.

Passemos então ao nosso próximo...

Agradecemos a sua presença.

**O SR. ÉLIO FRANÇA** - Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Passamos ao nosso próximo depoente, o Sr. Roberto Sampaio, que é o Diretor Comercial das Lojas Marisa. Quero chamá-lo a compor a nossa mesa.

*(Pausa prolongada.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Dr. Roberto, seja bem-vindo.

**O SR. ROBERTO SAMPAIO** - Boa tarde a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Antes do seu depoimento, vamos pedir que o senhor leia um termo de compromisso, por formalidade. *(Pausa.)*

**O SR. ROBERTO SAMPAIO** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado. O senhor tem 20 minutos para o seu depoimento.

**O SR. ROBERTO SAMPAIO** - *O.k.* Boa tarde a todos os presentes. Gostaria de iniciar nossa conversa contando um pouco sobre a Marisa. A Marisa é uma empresa brasileira que está há mais de 60 anos no mercado. Somos uma das maiores redes de lojas de vestuário do Brasil. Hoje, contamos com mais de 340 lojas em todos os Estados do País. Nos últimos dois anos, mais de 3 mil jovens tiveram seu primeiro emprego na Marisa. Empregamos mais de 15 mil colaboradores e contribuímos de forma sólida com o desenvolvimento da economia brasileira e principalmente de algumas regiões afastadas dos grandes centros, onde sabemos que, ao inaugurar uma nova loja, impactamos de forma positiva no dia a dia da cidade, trazendo mais postos de emprego e ajudando a aquecer a economia local. Acreditamos que construímos ao longo dessa trajetória uma relação de confiança com a sociedade brasileira, com base em princípios éticos e de transparência. Por essa razão, em 2010, quando fomos informados pelo Ministério Público do Trabalho e Emprego, que um de nossos fornecedores estava utilizando oficinas de costura que mantinham estrangeiros em regime irregular de trabalho, ficamos surpresos e preocupados, já que esse fato não condiz com a nossa história e compromissos da Marisa. A Marisa não endossa qualquer prática trabalhista irregular e repudia relações de trabalho em condições degradantes. Quando ficamos sabendo desse fato, que, repito, não condiz com a nossa conduta e história, imediatamente começamos a trabalhar em aprimorar nossos processos de auditorias de





fornecedores. No mesmo ano, assinamos um TAC com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério Público do Trabalho nos comprometendo publicamente a realizar auditorias mais rigorosas em nossos fornecedores, não com o intuito de apenas punir, mas também de incentivar nas confecções fornecedoras normas mais profissionais e compatíveis com os valores da Marisa. O resultado desse trabalho está disponível com o Ministério do Trabalho. A Marisa também criou um departamento para realizar auditorias e rastreabilidade dos pedidos enviados aos nossos fornecedores. Esse trabalho verifica se o fornecedor, durante a confecção das peças, está utilizando realmente as empresas que foram listadas por ele para realização das auditorias. Ou seja, percorremos o caminho das peças para nos certificarmos de que as oficinas contratadas por nossos fornecedores mantêm relações de trabalho e emprego de acordo com a legislação. Além disso, a Marisa é uma das idealizadoras e fundadoras do programa de qualificação de fornecedores da ABVTEX, Associação Brasileira do Varejo Têxtil, que reúne as maiores empresas do varejo de vestuário no Brasil. Temos orgulho desse projeto, pois consideramos que ele é um marco no segmento do varejo têxtil no que diz respeito ao monitoramento da origem dos produtos que as empresas do setor comercializam. O programa deu início a um importante processo para a profissionalização da cadeia produtiva têxtil. A iniciativa significa a abertura de novas e boas oportunidades de negócios para quem tiver a qualificação, já que apenas empresas qualificadas pelo programa podem manter contratos com as varejistas que fazem parte da associação. Além disso, realizamos, desde 2010, mais de 2 mil auditorias em fornecedores da Marisa e seus subcontratados. Quero deixar claro também que a Marisa é uma empresa de capital aberto e está no mais alto nível de governança corporativa na BM&F Bovespa, que corresponde ao Novo Mercado, o que implica um grau elevado de exigências quanto à transparência na gestão da companhia. No início desse ano, a Marisa e um grupo de fornecedores assinaram o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, programa que tem como missão implementar ações para que o setor empresarial e a sociedade brasileira não comercializem produtos de fornecedores que usem trabalho em condições degradantes. Ser signatário do pacto é muito importante para a Marisa, pois ele representa mais uma frente de combate a essa prática condenável. Acredito que as ações que



implementamos na Marisa demonstram que amadurecemos muito nesse tema nos últimos anos e é de todo nosso interesse contribuir com o trabalho desta Comissão, que consideramos de extrema importância. Esperamos poder ajudar no andamento desta CPI, contando aqui a nossa experiência e como combatemos esse fato dentro da Marisa. Agradeço mais uma vez pela atenção dos senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Dr. Roberto. Vou fazer algumas perguntas, inclusive para provocar os nossos membros aqui. Algumas empresas que aqui o precederam, relataram que... Uma delas disse que não assinaria o TAC porque não se considerava culpada e que a assinatura de um TAC poderia criar outras consequências para a marca. E resolveram disputar na Justiça. É o caso das Lojas Pernambucanas. Vocês assinaram o TAC, assinaram o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho. A primeira pergunta que lhe faço é se ter assinado o TAC foi considerado algo que prejudicou a imagem e o desempenho da empresa.

**O SR. ROBERTO SAMPAIO** - De maneira alguma. A gente acha que o compromisso que tivemos, ao assinar o TAC, demonstra a atitude da empresa em atuar neste assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Em segundo lugar, vou usar o tempo, fazendo perguntas intercaladas. Nós temos apenas um depoente após o Dr. Roberto. Em segundo lugar, vocês instituíram, a partir da autuação, um programa de auditoria, pelo que... um programa de auditoria na sua cadeia de fornecedores. Algumas empresas aqui também mencionaram. Uma usou a seguinte expressão: "*é impossível auditar a cadeia de fornecedores*", porque nós não conseguimos ter acesso à cadeia de fornecedores, não temos informação e tudo o mais. Eu gostaria... O Senhor concorda com essa afirmação?

**O SR. ROBERTO SAMPAIO** - Só para deixar claro, a gente, antes da autuação que a gente teve com a Secretaria do Trabalho, a gente tinha um processo de monitoramento da cadeia que, pelo fato que aconteceu não se mostrou eficiente e, a partir daquele momento, a gente reviu o processo e mudou a forma como nós fazemos as auditorias atualmente. A nossa auditoria hoje, ela é feita de... A gente, primeiro, audita o fornecedor e todos os seus subcontratados e, no processo anterior, a gente não auditava todos os subcontratados. Então, essa foi uma



mudança significativa. Outra mudança é que a gente não avisa quando vai fazer auditoria. Ela é feita sem aviso prévio. A gente chega de surpresa: *"somos auditores da Marisa e viemos verificar como estão as condições de trabalho dessa empresa"*. É assim que funciona.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - A empresa está respondendo a algum processo judicial pela autuação anterior ao TAC?

**O SR. ROBERTO SAMPAIO** - Não, não. Nós fomos autuados, mas não estamos respondendo nenhum processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Então o TAC resolveu a questão?

**O SR. ROBERTO SAMPAIO** - Nós cumprimos o que nós nos comprometemos com Ministério do Trabalho e a Secretaria da Receita do Trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - O Deputado Vicentinho está inscrito.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Prezado Roberto... Eu ia chamar de Dr. Roberto, mas ele é mais jovem do que eu, então, prezado Roberto. Obrigado pela sua presença, por esse depoimento e, sobretudo, por estar participando desta lista, que é um grande desafio para todo o Brasil. As Lojas Marisa participam de entidades patronais nacionais. Sim?

**O SR. ROBERTO SAMPAIO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - A minha pergunta outra é: as Lojas Marisa poderiam... O senhor poderia nos informar, da entidade patronal da qual o senhor participar, se tem mais empresas que participam desta lista? Se sim ou se não, independente da resposta, eu gostaria também de saber se as Lojas Marisa poderiam fazer internamente, na condição de associada da organização nacional empresarial do seu segmento, se poderiam estimular para que todo o segmento participe desse importante projeto.

**O SR. ROBERTO SAMPAIO** - Bom, vamos começar pela primeira pergunta. A gente participa da ABVTEX, que é a Associação Brasileira do Varejo Têxtil, onde estão as maiores empresas de varejo de vestuário do Brasil, as maiores cadeias. Nessa entidade, como eu disse anteriormente, nós incentivamos a melhoria da cadeia têxtil como um todo. Por isso, fomos um dos incentivadores do processo de



qualificação da ABVTEX, para forçar que todos os fornecedores que vendam para as empresas da ABVTEX tenham essa qualificação garantida pela entidade, para que possam comercializar os seus produtos. Eu acho que, com esse tipo de atitude, a gente colabora para a melhoria da cadeia e — como eu posso dizer? — estimula o tema para as demais redes varejistas. Fui claro?

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Sim. Sabe dizer se a entidade da qual o senhor participa, com esse estímulo, já realizou algum encontro entre os senhores para discutir o fim do trabalho escravo no Brasil, alguma coisa nesse sentido.

**O SR. ROBERTO SAMPAIO** - Já realizamos reuniões para discutir o tema. Recentemente, fizemos palestra sobre o tema para os associados. Esse tema está sempre presente na ABVTEX.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Obrigado.

**O SR. ROBERTO SAMPAIO** - De nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Mais algum inscrito? Deputado Valdir Colatto.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Sr. Roberto, quando o senhor faz esse contrato com os fornecedores, como é esse contrato? Ele é um contrato negociado, ou um contrato imposto aos fornecedores? *"Essas são características. Se você fizer isso, você faz o contato conosco. Se não fizer, está fora"*? Como é que vocês fazem isso? E se vocês têm essa autonomia legal de fazer essas auditorias nas empresas fornecedoras, a não ser pelo contrato, que é um ato jurídico. Mas, se é o contrato que prevalece ou é uma legislação específica que vocês têm para poder fazer essas auditorias nos fornecedores, e esse contrato não é colocado como imposição para que ele seja fornecedor da empresa. Porque, veja, se você impuser o contrato nas características que você queira, você vai selecionar aqueles fornecedores que você quer. Então, você já está impondo uma sanção, às vezes, até que é uma seleção natural ou não natural, forçada, para que vocês só tenham fornecedores dentro daquilo que é interesse de vocês não interesse dos fornecedores. Nós temos que ver os dois lados do contrato em si. Como é que é feita essa questão?

**O SR. ROBERTO SAMPAIO** - O contrato é feito para que a gente tenha uma garantia de que o fornecedor esteja cumprindo com as regras e leis trabalhistas e



condições adequadas de trabalho. Por isso que a gente deixa claro em contrato que o fornecedor deve cumprir com as leis e deve controlar isso também nos seus subcontratados. Claramente, se um fornecedor não aceita as regras desse contrato, ele fica fora da nossa cadeia de fornecedores. Não é uma imposição, mas é uma condição para que a gente tenha a garantia de que eles estão cumprindo com as regras e leis trabalhistas. É assim que a gente enxerga esse ponto.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Bom, nós temos leis e leis trabalhistas, não é? Porque quando você pega a lei, quando você tem um acordo, quando se põe uma norma, uma resolução infralegal é outra coisa que não é lei, mas é uma exigência do Ministério do Trabalho, como nós temos aí a NR 31 na área da... em todas as empresas de agricultura. O que eu quero dizer o seguinte: eu sou de Santa Catarina, e tem lá várias empresas que são terceirizadas, que fazem a produção para as grandes lojas, para as grandes empresas. E, normalmente, isso é um grupo de mulheres que se forma para costurar. Eles já mandam o corte pronto, e costuram e fazem aquele trabalho. De longe, essas casas, essas associações ou núcleos de pequenas empresas têm as condições que têm as Lojas Marisa para dar o atendimento na área de trabalho que tem uma loja dessa. Então, se você passar a exigir aquilo que é a prática das Lojas Marisa, com a estrutura que tem, com as condições que tem, parece-me que se está eliminando um grupo de trabalho que poderia ter uma fonte de renda. E isso atinge as pequenas empresas, os pequenos Municípios e, às vezes, é a única fonte de renda ou de trabalho que se tem nesse processo. Não sei se a mesma exigência que tem dentro da sua loja é a exigência para essa pequena empresa fornecedora, que é um grupo, às vezes, de costureiras que se juntam e formam um microempresa, uma cooperativa, alguma associação para fornecer o produto. Então, eu queria saber se a exigência é a mesma que vocês têm, porque aí vocês simplesmente estão excluindo esses pequenos grupos que se formam para poder ter um trabalho, um emprego, uma maneira de sobreviver.

**O SR. ROBERTO SAMPAIO** - É um assunto delicado, porque... *(Pausa.)*  
*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ROBERTO SAMPAIO** - Esse é um assunto delicado. Não existe a intenção da Marisa de excluir esses pequenos grupos de trabalhadores que se



agrupam para produzir. Mas a gente acha que o caminho mais adequado e de profissionalização da cadeia é que as regras e as leis sejam cada vez mais cumpridas. Então, por isso que a gente está trabalhando e fiscalizando os fornecedores, para que essas normas sejam cumpridas. É um assunto delicado, porque realmente em algumas cidades, em algumas regiões existem realmente esses grupos de costureiras que trabalham, mas a gente quer que a cadeia se profissionalize.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Deputado Amauri Teixeira.

**O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA** - Primeiro, eu quero parabenizar a Marisa pela forma que tem conduzido os seus negócios em relação às condições de trabalho, às garantias de condições de trabalho. Porque não é mais aceitável o argumento, no momento em que nós estamos vivendo, após os avanços... E esses avanços decorreram inclusive — Vicentinho está aqui e já foi Presidente da CUT, já foi Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos —, e Vicentinho sabe que diversos avanços trabalhistas implicaram o sacrifício da vida de alguns líderes sindicais. Para nós conquistarmos o que conquistamos hoje, nós passamos por um processo de luta bastante caro aos trabalhadores e à classe trabalhadora. Então, eu quero parabenizar vocês. Eu teria uma pergunta, porque aqui há uma insistência de um segmento parlamentar e também de alguns empresários, ou empreendedores, de que a fiscalização do Ministério do Trabalho é, como regra, abusiva. Eu gostaria de que o senhor nos desse a impressão do grupo Marisa em relação à atuação da fiscalização do Ministério do Trabalho. O senhor concorda que normalmente ela é abusiva, ou a fiscalização tem se dado de uma forma, como regra, regular, buscando o cumprimento da lei? Isso no caso concreto da Marisa, pela experiência que a Marisa tem em relação a essa fiscalização.

**O SR. ROBERTO SAMPAIO** - Do contato que nós tivemos com o Ministério do Trabalho, e muito próximo, até pela assinatura do TAC, na nossa visão não há um excesso de regras ou um abuso no cumprimento das regras. O Ministério do Trabalho, na realidade, quer que as leis vigentes sejam cumpridas, e a gente fez um acordo para cumprir e fiscalizar... Na verdade, para fiscalizar se os fornecedores estavam cumprindo essas leis. Não sentimos em nenhum momento regras abusivas.



Fizemos um acordo, e esse acordo foi cumprido por completo na assinatura do TAC. Depois de 1 ano tudo foi completamente cumprido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Tem a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** - Só para fazer uma observação. Os senhores assinaram o TAC por quê? Os senhores estavam irregulares de alguma forma? Porque, de repente, o que acontece é o seguinte: Termo de Ajuste de Conduta é uma imposição de cima para baixo, de fora para dentro. A obrigação dele é cumprir as leis. O Termo de Ajuste de Conduta é para se ele tiver desvios de conduta. Se ele aceitar que tem desvios de conduta, ou desvios de comportamento, teria que ser.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** - Em tese, sim. Por que eu vou assinar um Termo de Ajuste de Conduta, se eu não tenho o que ajustar, se eu estou cumprindo as determinações legais?

Eu queria ouvir de V.Sa. se, na verdade, os senhores foram chamados para assinar esse Termo de Ajuste de Conduta. Aliás, pedir, como foi feito, que os senhores encaminhassem até a cópia do Termo de Ajuste de Conduta, para a gente saber onde que os senhores da Marisa estariam falhando no cumprimento da lei, se é que estavam. Pelo que o senhor relatou — eu não estava, mas me disse aqui o Presidente que o senhor foi brilhante na sua exposição, e já ouvi o elogio de outros —, os senhores cumprem rigorosamente, procuram cumprir rigorosamente o que manda a lei, e que eu acho que é obrigação de nós todos.

Eu já fui visitado pelo Ministério do Trabalho, e fui multado, e eles tinham razão de me multar. Foram pela primeira vez na minha fazenda e me multaram porque eu dava o chapéu, dava a botina, que é o EPI do meu trabalhador, mas não tinha assinado o termo de recebimento, nem do chapéu nem da botina. Eles me multaram em 850 reais. Muito bem, nunca foram lá, não me orientaram de procedimentos, nem nada, mas tudo bem, ignorância minha, e eu tive que pagar por isso. Então tiveram razão de me multar.

Eu quero saber se eles tinham razão quando exigiram dos senhores um Termo de Ajuste de Conduta.



**O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA** - Se me permite antes... Seria algo paralelo a isso. Perdoe-me, Roberto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Deputado Amauri, para economia de tempo, faça a sua intervenção. Aliás, o senhor não concluiu a sua intervenção, pelo que eu posso imaginar.

**O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA** - É uma intervenção paralela à de Giovanni.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Vou considerar como aparte, depois passamos ao Deputado Ivan Valente, em seguida.

**O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA** - Primeiro, Roberto, eu quero dizer, se você concorda, que a disposição da Marisa a assinar um TAC demonstra que a Marisa busca praticar um trabalho decente. Foi nesse sentido que vocês assinaram o TAC? Não é nesse sentido?

Porque essa coisa de achar que quem assinou TAC cometeu um erro... Mesmo cometendo um erro, quem assina um TAC se dispõe a corrigir esse erro, e é positivo.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Não é obrigado nem punitivo.

**O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA** - Isso. E é positivo. Eu quero parabenizar e manter essa linha de que a Marisa, mesmo tendo assinado um TAC, mesmo que ela tenha incorrido em alguma falha em relação aos seus fornecedores, ela ao assinar o TAC, e ao cumprir o TAC, que é mais importante do que assinar, mantém a linha de defesa pela instituição de prática de trabalho decente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Presidente, nosso convidado, convocado, depoente, Roberto Sampaio, eu queria colocar uma questão aqui preliminar, Sr. Presidente. É o seguinte. Eu vou reconvocar todos os que depuseram aqui hoje. Todos. Nós estamos na seguinte situação: parece que todo mundo tomou consciência e agora não existe mais trabalho escravo no nosso País, empresas são modelos, etc.

Eu não estava em mãos com os autos, nem com a versão do Ministério do Trabalho. Quando chega à mão, muda a figura. Então quero refazer a convocação





de todos os que depuseram aqui hoje. Eu quero ver os autos e vou assistir inclusive ao depoimento na Justiça, por exemplo, das Casas Pernambucanas. Vai ser lá na Justiça de São Paulo, e eu acho que a CPI deveria ir. Aí sim nós vamos estar confrontando, Deputado Amauri Teixeira, as posições. Porque nós temos que ter elementos para fazer a contraposição.

Eu quero dar um exemplo que me chegou aqui agora, Deputado Cláudio Puty. É o seguinte. A loja Marisa... Temos um organograma aqui de uma autuação pesada sobre uma empresa chamada Dranys, em relação com a Marisa. Só para se ter uma ideia, para quantificar o grau de dependência entre as partes, a Secretaria de Trabalho e Emprego apurou que 94,5% do faturamento da Dranys, no período de janeiro de 2009 a fevereiro de 2010, foram obtidos por encomendas da Marisa. Teoricamente, há uma empresa aí intermediária, terceirizada. Aí nos remetemos àquela discussão sobre se o terceirizado fica para lá. Vejam que aí já há um meio de campo obscuro. Se as empresas podem auditar, fiscalizar e chegar, como foi dito aqui agora, lá na ponta da linha, então eles são responsáveis por isso.

Mas vejam vocês. O cidadão considerado dono, Dr. Roberto Sampaio, é um senhor chamado Valboa.

*“Durante a fiscalização, ele confidenciou à reportagem” — que fez a matéria, o jornal Estado de S.Paulo —, “que buscava ‘vales’, com metade do valor final das encomendas, junto às empresas intermediárias, antes mesmo de terminar o serviço, para poder pagar aluguel e comida” — da forma como nós vimos lá em São Paulo, na blitz feita em São Paulo. “Esses adiantamentos confirmam a falta de autonomia financeira do dono da oficina para manter negócio próprio.”*

Então, na verdade são empresas interpostas pela fiscalização. As fornecedoras, como a Dranys, funcionam, na visão dos auditores, como verdadeiras células de produção da empresa Marisa Lojas S.A. Na verdade não existe esse terceirizado, Deputado Giovanni. Não existe uma empresa de verdade aí. É direto: 94% da produção vai direto para a Marisa.



Essa é a explicação que eu quero. A Marisa é diretamente beneficiária disso aqui.

Então nós não podemos fazer uma audiência em que a gente não detém... Ou então nós vamos estabelecer o seguinte: nós vamos fazer a acareação entre os fiscais do Ministério do Trabalho e os dirigentes das empresas aqui. Aí nós vamos ter uma realidade bastante clara, explícita. Eu vou pedir isso também. Peço desculpas, mas acho que, se a gente quiser ter uma visão de conjunto, nós temos que fazer isso, fazer o confronto, fazer a acareação, trazer o Ministério do Trabalho, o Ministério Público, os autores da *blitz*, os que lavraram os autos, e ao mesmo tempo as empresas. Aí sim.

É evidente o que o Deputado Giovanni Queiroz falou. Por que assinou o TAC? Porque tem realmente uma questão. Mas não é só por isso. Há gente que não quer assinar o TAC, como as Pernambucanas, por achar que não comete crime algum. Mas nós vamos lá na audiência na Justiça das Pernambucanas para verificar qual foi exatamente a opinião do Ministério do Trabalho.

E aqui eu queria, de uma vez por todas, dizer o seguinte: ou bem nós queremos que o Estado fiscalize e controle... Porque criticar omissão de um lado e criticar fiscalização de outro... Quem paga é sempre o Estado. Eu sou contra essa visão, quero deixar claro.

E queria perguntar ao nosso convidado exatamente isto: se uma empresa tem 94,5% de dependência, e se essa empresa, interposta, como se diz, ela não tem autonomia nenhuma financeira, rigorosamente ela vive de "vale". Entende? É lógico que o que está acontecendo é que esses produtores na ponta da linha são produtores da Marisa. E estão recebendo por peça esses valores iníquos. Iníquos.

Eu não me sinto ainda em condição de ter todos os dados, daí a importância da *blitz* que foi feita. Mas não é só isso. A gente precisa ouvir os dois lados. Estamos ouvindo aqui as empresas, etc., que tiveram autuação, e podemos ouvir o outro lado, Ministério do Trabalho. Eu acho que sem acareação, sem termos do processo, nós podemos patinar aqui na CPI.

Por isso eu queria ouvir do senhor, por exemplo, qual é a relação... Pegue essa empresa Dranys, do Sr. Valboa. Qual é a relação efetiva entre vocês? Porque isso aqui caracteriza péssimas condições, condições degradantes, entende? E uma



produção direta para uma loja que, pelo que eu sei, é uma das... se não é a maior, é uma das maiores empresas... Até nessa matéria se diz que são 220 lojas espalhadas por todas as regiões do País, com mais de 90 milhões de peças vendidas e mais de 44 milhões de clientes. Então deve ser uma das maiores lojas de venda de produtos, de roupas, do Brasil. Uma empresa desse porte não pode manter esse tipo de relação que está aqui.

Sinceramente, eu queria maiores explicações de vocês. E, da parte da CPI, eu queria dizer que nós vamos ter que ser mais rigorosos na investigação. É essa a proposta que quero fazer ao Presidente, e à Relatoria também, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Deputado Ivan Valente, respondendo à sua questão, que diz respeito mais à condução dos trabalhos da CPI do que propriamente ao depoente, eu acho que é justo o seu questionamento. Precisamos fazer uma reunião administrativa para tratar dos próximos passos a serem tomados. Ressalto que os autos de fiscalização já estão disponíveis há algum tempo aqui na CPI, há cerca de 1 mês, e que talvez seja o caso de, a partir desses autos, termos uma análise mais coletiva disso. Mas eles já estavam à disposição há algum tempo.

Portanto, acho que o encaminhamento a ser dado é que nós temos que sentar, conversar, fazer uma reunião administrativa para poder planejar os próximos passos, eu acho que inclusive uma revisão do que nós estávamos imaginando, o que é natural, obviamente, porque nós temos fatos novos, uma revisão do que nós estávamos imaginando quanto ao andamento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por favor.

**O SR. ROBERTO SAMPAIO** - Primeiro respondo à pergunta do Deputado Giovanni. A pergunta que V.Exa. me fez foi se o Ministério Público tinha motivo para fazer um TAC.

O que a gente entendeu com aquele fato, onde nós fomos autuados, o caso que o Deputado Ivan Valente colocou, da Dranys, ele nos mostrou que o nosso processo de controle que fazemos com as nossas confecções, as confecções que vendem para a Marisa, não se mostrou adequado. Por isso aceitamos mudar o nosso processo de auditoria e fazer auditorias de forma mais eficiente e rigorosa, e



sem aviso prévio, para realmente saber como as peças que compramos dos fornecedores estão sendo produzidas. Certo? Foi esse o motivo da assinatura do TAC.

Segundo, respondendo ao Deputado Ivan Valente, nós não temos nenhuma relação com a Dranys. A Marisa é uma empresa varejista, ela compra a mercadoria da indústria têxtil e vende ao consumidor final. Não existe nenhuma intenção da Marisa de dominar uma confecção ou ter 100% dessa produção colocada dentro de um mesmo fornecedor ou de uma mesma oficina de costura. Essa é a resposta.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas essa é a constatação dessa autuação: 94,5% da produção dessa confecção era dirigida à Marisa, com etiqueta dela. É uma constatação que eu estou fazendo.

**O SR. ROBERTO SAMPAIO** - Não, eu não estou discordando do senhor, Sr. Deputado. Eu estou... Como coloquei para o Deputado Giovanni, nós não tínhamos consciência desse fato. Por isso, mudamos a forma de atuação. Foi uma surpresa para nós esse acontecimento da Dranys. Foi uma grande surpresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado. Mais algum questionamento?

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Sr. Presidente, é só pra...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Deputado Valdir Colatto.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - ...colocar aqui, o comentário do Deputado Ivan. Realmente, V.Exa. colocou claro. Os autos estão aqui na Casa. Eu acho que o Deputado que tiver interesse em buscar mais dados ou informação tem que buscar. Agora, nós temos que analisar exatamente se tem que mudar o sistema, e a Comissão se manifestar, né? Se tiver essa proposta de fazer tudo de novo e tal, nós temos que... o Plenário tem que decidir. Coloco essa observação a V.Exa. E quero dizer que, realmente, eu concordo com o Deputado Giovanni Queiroz. Quando houve um TAC, é porque tem alguma coisa que tem que ser ajustada. Termo de Ajuste de Conduta, né? Tem que ajustar alguma coisa, o termo já está ali. E ninguém assinada TAC porque quer: *“Olha aqui, Promotor, traz aqui, que eu vou assinar um TAC, porque eu quero assinar.”* Isso não existe. Normalmente, é imposto, é pressionado para fazer isso. Eu sempre achei que é uma excrescência da legislação ter o TAC. Se você tem uma lei, você faz um Termo de Ajuste de Conduta



para cumprir a lei? Ora, cumpra a lei. Não precisa de Termo de Ajuste de Conduta. Então, essa é uma condição... Eu queria fazer essa observação, para que fique clara essa posição. E, se tiver uma decisão nova, eu gostaria que o Presidente fizesse isso num colegiado, para decidir os passos da próxima...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Seguramente, Deputado Valdir Colatto.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Podemos passar para o nosso próximo depoente?

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Vou fazer só uma pergunta para ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Deputado Nelson Marquezelli.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - É das Lojas Marisa, né? Qual é o motivo de muitos fornecedores, e tal, reclamarem da Loja Marisa, da pressão, de um preço mais baixo, de condições de mercado, difícil de trabalhar com a Loja Marisa? Qual é a sistemática?

**O SR. ROBERTO SAMPAIO** - A gente trabalha com preços de mercado. Não existe nenhuma exigência ou imposição para que o fornecedor faça determinado preço, tá? A gente está numa economia aberta e a gente procura sempre os melhores preços. Só para lembrar, não existe nenhuma ideia de colocar preços aviltantes. A empresa, por ser uma empresa de capital aberto, ela tem um alto nível de governança corporativa. Todos os nossos números, todos os nossos relatórios financeiros de venda, faturamento, margem, lucratividade, estão colocados na BM&FBOVESPA, estão disponíveis a qualquer pessoa que está aqui presente nesta sala. E, se você verificar quais são os resultados da companhia, eles são como a média do mercado. Não existe nenhum resultado aviltante de lucratividade, de faturamento, que coloque algum questionamento sobre o preço que pagamos ao fornecedor. Também quero deixar claro aqui que nós não negociamos o preço que a confecção paga para a oficina de costura confeccionar aquela peça. Nós compramos o produto acabado. E, depois desse preço, tem incidência de várias



outras despesas, impostos, logística, custo da empresa como um todo, que são agregados ao custo desse produto, para depois a gente vender ao consumidor final.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Eu sempre defendi o melhor salário, certo? Sempre, sempre, sempre. Mas a reclamação que eles têm dado a nós aqui... Eles falam: *“Olha, Deputado, não dá. A Marisa me paga isso. Como que eu vou repassar isso, para pagar para o empregado? Eu tenho os impostos, tenho isso... Eu tenho de pagar essa hora mesmo, muito baixa.”* Porque eu fui reclamar que uma costureira ganha muito pouco, uma pregadeira de botão, uma confeccionista, certo? Então, eles jogaram a culpa no preço que vocês pagam. Então, o que dá para a gente entender é que é uma pressão, certo, de compra, muito forte, muito grande, através da marca, em cima dos preços que são repassados a esse pessoal. Ainda estou vendo que você ainda faz uma fiscalização, complementar a do Governo, em cima. Eles estão suportando isso?

**O SR. ROBERTO SAMPAIO** - Sim. A meu ver, a cadeia têxtil de fornecedores brasileiros vem evoluindo nestes últimos anos com relação a esse tema. Nós, como empresários do setor de varejo, estamos enxergando uma evolução gradativa dessa cadeia. Não tem como a gente olhar para o futuro e imaginar que vá haver um retrocesso com a parte de legislação, de cumprimento das leis. É um caminho para frente, de melhora de condições de trabalho, de seguir condições adequadas no ambiente de trabalho, de pagamento das horas extras. A gente luta por isso.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Tudo bem.

Dr. Roberto, estou falando isso porque vi o seu balanço, examinei, tenho acompanhado. Eu vi que o lucro está altamente rentável.

Quando eu pego na outra ponta uma reclamação de que não dá para remunerar bem o trabalhador, a costureira, enfim, aqueles que trabalham em uma confecção, eu estou achando e chegando à conclusão de que, no regime capitalista, vamos falar: *“Executivos são excelentes”*, mas estão oprimindo muito a base de fornecedores... A margem de lucro está grande, está dando uma rentabilidade grande para o grupo, mas a pressão está sendo muito pesada em cima dos fornecedores.



Não é motivo da nossa CPI de colocar... Isso leva ao pessoal, a todos os meus amigos começarem a rotular isso de trabalho escravo. A remuneração precisa ser melhor...

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Ele está com medo de alguma coisa. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - ...remuneração melhor para que os meus amigos não comecem a rotular lá, na ponta, de trabalho escravo. Tem de remunerar um pouco melhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado Nelson Marquezelli.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Só na zona urbana que é para recuperar melhor. No campo, continua a escravidão.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Presidente, eu queria que a CPI aprovasse uma visita às fazendas do Marquezelli. A gente vai lá, todo mundo.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Serão meus convidados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Ele poderia nos convidar, inclusive. *(Risos.)*

Obrigado, Dr. Roberto.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Sr. Presidente, vocês pensam que já não foram? Já estão lá, antes que eu. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Deputado Marquezelli, Deputado Ivan Valente... Dr. Roberto Sampaio, obrigado pela sua presença.

Passemos ao nosso último depoente: João Pedro Fernandes de Castro Braga, Administrador da Sociedade Zara. *(Pausa.)*

**O SR. ROBERTO SAMPAIO** - Obrigado. Espero ter colaborado para a Comissão. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Giovanni Queiroz) - O Sr. João Pedro Fernandes se encontra? *(Pausa.)* Está descendo. *(Pausa.)*

Muito bem. Está conosco o Dr. João Pedro. Por gentileza...

Sr. João Pedro Fernandes de Castro Braga, Administrador da Sociedade Zara. *(Pausa.)*

Vai se instalar o multimídia, não é isso? *(Pausa.)*



Há uma publicação que foi distribuída de acordo com a apresentação que será feita. Estão organizando a multimídia. *(Pausa.)*

Sr. João Pedro, nós vamos tomar do senhor o compromisso de dizer a verdade. O senhor vai ler um texto para a gente. Faz parte do ritual desta CPI.

**O SR. JOÃO PEDRO FERNANDES DE CASTRO BRAGA** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Giovanni Queiroz) - Muito obrigado, Sr. João Pedro.

Vamos iniciar, então, a apresentação do senhor na multimídia.

**O SR. JOÃO PEDRO FERNANDES DE CASTRO BRAGA** - Exmo. Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a participação da Zara Brasil nesta CPI, além de estar em cumprimento com nossa obrigação de transparência, é, para nós, uma grande oportunidade de contribuir com experiência e soluções para erradicar as práticas trabalhistas que negam aos trabalhadores os seus direitos mais básicos.

Temos uma atitude muito clara a este respeito, baseada em três princípios fundamentais de nossa política de responsabilidade social: a tolerância zero frente a essas situações, a adoção de planos corretivos imediatos que garantam soluções duradouras e, por fim, o diálogo com os diferentes atores sociais para colocarmos em prática medidas concretas de melhoria.

Em setembro e novembro do ano passado, tivemos a honra de participar das audiências das Comissões de Direitos Humanos e de Trabalho desta Casa. Nessas ocasiões, pudemos explicar esses princípios básicos de atuação e o trabalho que estamos realizando.

Sr. Presidente, permita-me informar aos Srs. Deputados presentes que entregamos a esta Comissão o relatório detalhado com toda a documentação requerida.

A Zara Brasil é uma empresa da INDITEX, grupo empresarial internacional que realiza importantes esforços pela melhoria das condições de trabalho de seus fornecedores em todo o mundo. Uma peça-chave desse esforço é o sistema de





auditoria e controle das condições de trabalho que monitora regularmente os nossos fornecedores, exigindo o cumprimento do Código de Conduta da INDITEX.

As graves irregularidades cometidas por um dos nossos fornecedores no Brasil, no ano passado, que, lamentavelmente, não foram detectadas a tempo por este sistema de auditoria, exigiram de nossa parte uma reação imediata.

Primeiramente, exigimos do fornecedor que havia burlado os nossos controles, de forma consciente e voluntária, a responsabilidade pela reparação urgente dos danos causados às vítimas, e, com isso, seguir o que prevê a legislação brasileira e os nossos princípios de responsabilidade social.

Também realizamos auditorias em todos os nossos fornecedores diretos e em suas oficinas de costura com o objetivo de descartar a existência de situações similares.

Os resultados foram positivos, reafirmando a nossa confiança neste conjunto de empresas de confecção com as quais trabalhamos no Brasil.

Permita-me pontuar que, como prova do compromisso coletivo com as boas práticas em matéria trabalhista, em 10 de novembro de 2011, a Zara Brasil e todos os seus fornecedores assinaram o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo com a presença e apoio da Organização Internacional do Trabalho.

Como disse antes, os planos de ações corretivos que garantem a extinção de qualquer prática irregular tem destaque entre as premissas da filosofia de Responsabilidade Social da INDITEX e da Zara Brasil.

Este não é o caminho mais simples, mas acreditamos, sinceramente, que é o mais correto e o que melhor defende os direitos dos trabalhadores. O compromisso com a melhoria a longo prazo das condições de trabalho envolve a dedicação para encontrar soluções realistas e duradouras.

A análise das irregularidades encontradas neste fornecedor e o diálogo com diferentes e diversas instituições relacionadas a este problema nos levaram a identificar claramente três âmbitos em que devíamos concentrar a nossa atuação.

O primeiro refere-se ao aperfeiçoamento e fortalecimento do sistema de auditoria da nossa cadeia de fornecimento, para reduzir ao máximo o risco de um novo caso de violação dos direitos dos trabalhadores.



O segundo âmbito de atuação diz respeito ao conjunto de oficinas de costura que trabalham no setor têxtil. Identificamos fragilidades que somente poderão ser superadas com a capacitação desses pequenos empresários, que contribuirá para a erradicação de práticas trabalhistas inaceitáveis.

E, finalmente, o da integração social e trabalhista dos imigrantes, fazendo com que essa comunidade conheça seus direitos, auxiliando-a, quando necessário, em casos de situação de precariedade.

Com esta filosofia e, com base neste plano de ação, estabelecemos um diálogo com o Ministério Público do Trabalho e com o Ministério do Trabalho e Emprego, que concretizou em ações, em 19 de dezembro de 2011, por meio de assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta, cujo conteúdo nos sentimos sinceramente orgulhosos e acreditamos ser uma iniciativa inovadora.

O TAC é um detalhado plano de ação preciso, realista, mas também comprometido e ambicioso. Gostaria de informar a esta Comissão os primeiros resultados.

Em primeiro lugar, o acordo abrange o reforço do controle da nossa cadeia de fornecimento. Aumentamos a frequência das nossas auditorias realizadas por auditores independentes e de prestígio, tanto nos fornecedores diretos como nas oficinas de costura. Esse processo nos permite identificar com precisão os principais problemas e imediatamente traçar planos de correção, além de dar transparência do trabalho às autoridades. Desde o início da sua aplicação, há somente 6 meses, já foram realizadas 260 auditorias completas, abrangendo 100% da cadeia de fornecedores.

Em segundo lugar, quanto à melhoria das condições de trabalho no setor da confecção, estamos desenvolvendo um programa piloto de capacitação de oficinas de costura em parceria com a UniEthos, do Instituto Ethos. Para esse programa foi selecionado um amostra de dez fornecedores com 100 oficinas, que cria a imagem de 2 mil trabalhadores. Contaremos também com a colaboração do SEBRAE na melhoria da gestão do desempenho econômico, garantindo a viabilidade dessas oficinas a longo prazo.

O objetivo desse projeto é consolidar uma metodologia de trabalho aplicável a todo o setor e que possa também beneficiar outras empresas.



Para complementar esta atuação, iniciamos um programa informativo voltado aos trabalhadores das oficinas de costura com três organizações não governamentais de referência no trato com os imigrantes: a Pastoral, o CAMI e o CDHIC.

Até o momento, já foram realizadas mais de 400 visitas informativas às oficinas e 365 pessoas receberam inserção trabalhista. Essas três organizações estão conosco também no desenvolvimento das ações de integração trabalhista e social dos imigrantes. Em função disso, colocamos em prática um conjunto de projetos que tem como denominador comum a promoção dos direitos humanos.

Tratam-se de ações efetivas, com resultados claros e a curto prazo. Esperamos também que proporcionem resultados sólidos e duradouros. Entre elas, criamos um fundo de emergência que já beneficiou mais de 16 mil pessoas com atendimentos das necessidades básicas e atenção jurídica aos imigrantes. Mais de 8 mil imigrantes já se beneficiaram de um projeto de auxílio para a regularização migratória; mais de 1.600 pessoas já participaram de outros programas dirigidos à formação da cidadania, formação profissional e a promoção cultural das comunidades imigrantes.

Foram também desenvolvidas ações de divulgação e comunicação, como o lançamento de diversas publicações, entre elas o manual sobre a legislação migratória no Brasil e um *site* informativo.

Para o desenvolvimento dessas ações, serão destinados, em 2012 e 2013, mais de 3 milhões e 400 mil reais, dos quais 1 milhão e 300 mil reais já foram investidos nos primeiros 6 meses deste ano.

Acreditamos que esses projetos irão gerar frutos muito positivos. No entanto, temos um compromisso a longo prazo com a sociedade brasileira. Por isso, continuaremos a desenvolver projetos consistentes para a superação do problema do trabalho precário.

Desta forma, já estamos trabalhando com a Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo, no projeto do Poupatempo do Imigrante. Além disso, como parte da nossa colaboração internacional com a Organização Internacional do Trabalho, estamos trabalhando com a OIT Brasil no desenvolvimento de um programa de promoção do trabalho decente no setor têxtil.



Espero, com esta breve explanação, ter conseguido explicar de forma clara nossas princípios, nossa filosofia de responsabilidade social e principalmente ações concretas que estamos realizando.

Estamos à disposição para dar todas as informações necessárias, de forma que esta Comissão alcance os seus objetivos, com os quais compartilhamos plenamente. Tanto o grupo INDITEX, como a Zara Brasil, como eu mesmo nos colocamos a inteira disposição de V.Exa. nessa tarefa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Dr. João Pedro. Eu peço desculpas por não ter estado presente, no início da reunião, mas eu tive que registrar presença no plenário. Eu ainda não havia feito porque estava aqui desde 14h30 da tarde.

Não havendo ainda inscritos, passemos a palavra ao nosso Relator.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** - Eu queria só cumprimentá-lo, acho que a iniciativa da Zara, nas auditorias, no treinamento, na capacitação de pessoal é extremamente importante, a do trabalhador, inclusive, da área de confecções.

Entendo que a ação dos senhores é complementar à fiscalização que o Estado dever proceder, e deve ser intolerante com qualquer prática abusiva ao trabalhador. E queria perguntar a V.Sa: Por serem uma empresa multinacional, o procedimento, existe essa prática também abusiva com relação ao trabalhador em outros países onde os senhores estão presentes? E se lá os senhores mantêm também o mesmo instrumental de fiscalização de auditoria para inibir essa prática de exploração trabalhista, que não é só no Brasil, se dá também em outros países. Queria saber de V.Sa. apenas isso, se vocês mantêm estrutura semelhante também em outros países?

**O SR. JOÃO PEDRO FERNANDES DE CASTRO BRAGA** - Com certeza. A Zara compra produto de mais de 60 países no mundo. Temos mais de 1.400 fornecedores pelo mundo, e temos essa metodologia de auditoria e de controle em todos os países.

Perante esse caso, obrigam-nos a nós reforçar e aperfeiçoar esse mesmo sistema, com aumento de frequência, com controle preventivo de determinar e



validar previamente esse mesmos frutos hoje. Essas boas práticas que aqui tivemos no Brasil, sim, foram replicadas no exterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Amauri Teixeira.

**O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA** - A legislação da matriz da sede da Zara, a legislação trabalhista, a fiscalização e a exigência em relação às questões trabalhistas são mais rigorosas ou menos rigorosas do que a brasileira? Essa política das empresas tercerizarem e quarterizarem as suas produções como forma inclusive de se desvencilhar de obrigações trabalhistas não leva, necessariamente, a práticas de trabalhos análogos ao escravo; não leva necessariamente à prática de trabalho em que levam à precarização das condições de trabalho?

Quer dizer, essa filosofia de não produzir direto e de comprar — repetindo para o senhor entender — toda produção de empresas terceirizadas e, às vezes, quarterizadas, não levaria à precarização das condições de trabalho necessariamente?

**O SR. JOÃO PEDRO FERNANDES DE CASTRO BRAGA** - Deputado, nós repudiamos qualquer violação aos princípios básicos dos direitos humanos e trabalhistas. E nós não subcontratamos, de fato, nós compramos produto acabado. Não compramos só produto, roupa, compramos também, sim, acessórios, malas, perfumes e etc.

E havendo ou não a possibilidade de subcontratação, é importante que sejam garantidos os direitos dos trabalhadores. E é exatamente com o compromisso neste TAC, que nós aqui temos que garantir, não só o reforço e o aperfeiçoamento do nosso controle, para que casos como este não voltem a acontecer. E mais, se existir, de fato, alguma irregularidade, é para atuarmos imediatamente com planos e ações corretivas.

Isso por quê? Porque se eventualmente acontecer alguma irregularidade, a filosofia da INDITEX não é cortar o problema, ou seja, cortar o problema não é solução, não é cortar o fio com tesoura que vamos resolver a situação, mas, sim, aplicar um plano de ações e medidas corretivas para que, de facto, empresas possam regularizar e, assim, não afetar os seus trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Deputado Vicentinho.



**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - João Pedro Fernandes de Castro, eu queria dar uma boa notícia aqui. Portugal poderia ter ganhado agora da Espanha, mas perdeu, infelizmente. *(Risos.)* Perdeu nos pênaltis.

**O SR. JOÃO PEDRO FERNANDES DE CASTRO BRAGA** - O Sr. Vicentinho veio me dar uma má notícia. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Ainda bem que não foi...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Desgraça pouca é bobagem. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Ainda bem que não foi o Ronaldo, que no penúltimo jogo não foi muito bem. Foi um outro jogador lá. O Bruno é que perdeu o pênalti. É uma pena.

Mas, Sr. João Pedro, eu também tive que ir marcar minha presença correndo. Peguei parte do seu pronunciamento. Tentei ler aqui, para não fazer uma pergunta desnecessária.

Mas o senhor trouxe um fato novo neste diálogo, talvez por ser uma empresa transnacional. O senhor se refere a condições de atenção e dignidade a pessoas estrangeiras, ao imigrante.

A minha pergunta é: quantos trabalhadores tem a empresa no Brasil, e quantos imigrantes são? Lembro aos presentes a esta audiência que a OIT acaba de aprovar o que chamou de piso social, que não é um nome muito adequado para nós aqui do Brasil, mas que é um mecanismo que, em se respeitando as condições melhores de qualquer parte do mundo, define um padrão básico para a condição de dignidade humana no mundo do trabalho.

Parece-me que a Zara já tem um procedimento e uma postura internacional para esse tipo de postura. A minha pergunta eu quero limitar apenas a esses trabalhadores brasileiros e trabalhadores estrangeiros no Brasil.

**O SR. JOÃO PEDRO FERNANDES DE CASTRO BRAGA** - Dentro do que é filial da Zara Brasil, dos 2 mil colaboradores que nós temos, dos 2 mil empregados, eu não te sei precisar o número exato, mas mais de 95% são brasileiros, muito poucos estrangeiros. Além de dois portugueses, onde eu me incluo, temos três ou quatro espanhóis, e o resto é tudo brasileiro.



**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Então essa preocupação que o senhor refere aqui com o migrante estrangeiro é por causa desses 4% ou 5% dos trabalhadores da empresa?

**O SR. JOÃO PEDRO FERNANDES DE CASTRO BRAGA** - Não, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - Desculpe porque não interpretei corretamente.

**O SR. JOÃO PEDRO FERNANDES DE CASTRO BRAGA** - Sim, sim. Uma das medidas que consta no TAC, que está no âmbito da promoção dos direitos humanos, tem o objetivo de apoiar a integração social dos imigrantes, imigrantes estes que estão nas oficinas, na cadeia de fornecimento da Zara.

**O SR. DEPUTADO VICENTINHO** - O.k. Isso é importante saber, porque, como nós sabemos — quer dizer, não sei se o meu Presidente visitou esses lugares que nós estamos procurando —, tem muita gente, sobretudo na Capital de São Paulo... Denúncia de irmãos bolivianos, coreanos, chineses que estão aqui numa condição de ilegalidade, não conhecem sequer o direito de ir e vir — que eles têm e que o Estado brasileiro busca regularizar —, sofrem mil chantagens e estão lá numa condição escrava, dormindo em armazém, sem condição nenhuma. Isso é uma luz para que o nosso trabalho se desenvolva nessa linha.

Obrigado, Sr. João Pedro.

**O SR. JOÃO PEDRO FERNANDES DE CASTRO BRAGA** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Sr. João Pedro, antes de passar a palavra ao Deputado Ivan Valente, e respondendo aí às considerações do Deputado Vicentinho, o que nós vimos em São Paulo, Deputado Giovanni Queiroz, foi algo estarrecedor. Eu inclusive gostaria de fazer um relato aqui.

Nós visitamos, de surpresa, duas oficinas. O que que elas tinham em comum? Trabalho jovem, majoritariamente trabalho feminino, boliviano, jornada de trabalho rigorosamente igual, de 15 horas. Moravam no local de trabalho, que são casas escondidas na periferia paulistana, casas que não têm nenhuma caracterização de empresa — são absolutamente clandestinas. Enorme concentração de mão de obra, em condições de perigo, inclusive ligações elétricas muito perigosas e tudo o mais, e salários e, obviamente, preços pagos por peça



produzida absolutamente aviltantes: 30 centavos por peça produzida, em 15 horas de trabalho.

Uma trabalhadora boliviana, que não conseguia falar português porque, obviamente, não tem contato nenhum, porque não sai de casa, trabalha 15 horas por dia, com 1 hora de intervalo para o almoço, a não ser eventualmente, nos fins de semana, disse que conseguiriam produzir cerca de 30 peças num bom dia — 30 peças vezes 30 centavos, 9 reais. São vendidas... O dono da oficina recebe 1 real por peça, que é vendida — nós fomos lá na loja e tudo o mais — a 99 reais, a 100 reais, e tudo o mais.

Mas o que havia de diferente entre uma oficina e outra? Numa oficina, eles vendiam para os sacoleiros, não é? Eles produziam e vendiam no mercado, num mercado mais pulverizado. Neste caso, o Ministério do Trabalho decidiu, obviamente, não fechar imediatamente a oficina, porque isso representaria a interrupção da única possibilidade de renda para aquelas trabalhadoras, no caso porque a venda era para um mercado pulverizado. No outro caso, onde a venda era uma forma de oligopsônio, ou seja, venda somente para um comprador, ou dois compradores, como o caso relatado pelo Deputado Ivan Valente, a solução da fiscalização foi procurar o comprador final, que era uma loja bem estabelecida, fechar essa fornecedora e multar o comprador final. Então, soluções distintas. E me pareceu uma solução séria, com muito cuidado. Pediram para não divulgarmos o nome das lojas, porque eles precisariam fazer ainda cerca de 1 semana de conversas, de escutas, enfim, de investigação para caracterizar ou não trabalho análogo ao escravo. Que havia infração trabalhista estava óbvio. Que havia degradação estava óbvio. Então me pareceu...

**(Não identificado)** - Sem carteira de trabalho, sem nada?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Sem carteira de trabalho, sem nada. Ilegais no País. O Brasil tem uma convenção com a Bolívia que permite inclusive que esses trabalhadores permaneçam no País caso sejam libertados.

Estou falando tudo isso porque é disso que nós estamos tratando aqui, Dr. João.

No texto que o senhor distribuiu, o senhor está dizendo aqui que vocês exigem do fornecedor, exigiram, porque houve graves irregularidades e vocês estão





muito sensíveis a isso, que vocês exigiram do fornecedor, que havia burlado os controles de forma consciente e voluntária, a responsabilidade pela reparação urgente dos danos causados às vítimas. Vocês exigiram de que forma? De maneira administrativa, ou vocês entraram com uma ação contra esse fornecedor? Essa é a primeira pergunta. Quais foram as medidas tomadas pela Zara em relação ao fornecedor que colocou a Zara nessa situação constrangedora?

E também realizaram auditorias em todos os fornecedores diretos e suas oficinas de costura, com o objetivo de descartar a existência de situações similares. Os resultados foram positivos, reafirmando a confiança no conjunto de empresas de confecção com as quais trabalham no Brasil.

Você disse que vocês assinaram um TAC. Eu gostaria de perguntar se a assinatura do TAC permitiu que a Zara implementasse um processo de auditoria nas suas condições de trabalho que foi bem-sucedido. Eu gostaria que você fizesse um balanço da assinatura do TAC, se assinar o TAC para a Zara foi uma medida correta, que trouxe consequências positivas para o desempenho da empresa e para a sua cadeia de fornecedores.

Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, nosso depoente aqui, Dr. João Pedro, a primeira questão que eu queria perguntar é a seguinte. O depoente que o antecedeu colocou que eles foram surpreendidos, que houve uma surpresa — eu entendi também —, quando foi constatada a autuação da empresa e a ligação direta lá das etiquetas que estão nas oficinas com uma empresa de marca conhecida. Eu queria perguntar uma coisa a vocês, porque me parece que o seu depoimento vai na mesma direção de surpresa com a questão: a Zara foi avisada do flagrante que foi dado em várias oficinas e convidada a comparecer e acompanhar o Ministério do Trabalho para constatar isso?

**O SR. JOÃO PEDRO FERNANDES DE CASTRO BRAGA** - A Zara tomou conhecimento, Sr. Deputado... A Zara tomou conhecimento através do Ministério do Trabalho e Emprego, após a fiscalização.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então. Eu tenho uma outra versão para isso. A Zara foi convidada a acompanhar, e ela não compareceu, para confirmar aquilo que o Ministério já tinha levantado, que o serviço de inteligência já tinha



levantado. Por quê? Porque aí não haveria surpresa, não haveria surpresa. Vocês estão sendo convidados para uma denúncia que vai ser feita, autuados, porque a inteligência do Ministério do Trabalho e da Polícia Federal já tinham levantado o que estava ocorrendo e a denúncia de uma empresa que eu vou citar aqui agora. Eu só pediria que o senhor me localizasse qual é o papel desta empresa AHA, fornecedora da Zara. Quanto ela detém da produção? Agora mesmo, no fornecedor... no anterior que nós pudemos ouvir, só uma empresa, a Dranys, fornecia 94,5% da produção para a Marisa, que foi a anterior aqui, agora. Neste caso, a informação que nos chegou é que essa empresa AHA detém 91% do total das peças produzidas... São produzidas para a Zara. Ela está na cadeia produtiva. E várias oficinas... E 46 mil peças foram produzidas por oficinas que não formalizaram nenhum trabalhador, segundo a denúncia feita aqui pelo Ministério do Trabalho.

Então me parece um caso bastante grave. Eu caracterizaria também que essa empresa que faz essa ponte total... Porque tem o organograma todo aqui, Deputado Puty, da empresa da Zara, em cima AHA, e das várias oficinas que faziam parte dessa rede organizada aí pela AHA. Aliás, essa empresa também foi considerada das fornecedoras da Zara a que mais cresceu no período e ela é considerada uma extensão logística da própria empresa Zara.

Então eu queria ouvir de V.Exa. a resposta para essas questões, porque, na constatação feita pela autuação, Deputado Giovanni Queiroz, foi constatado que, como as condições que o Deputado Cláudio Puty deu da nossa *blitz*, em São Paulo... A gente vai lendo as denúncias, e é extremamente semelhante a jornada de trabalho, as condições, a insegurança, a insalubridade, etc., e menores de idade, adolescentes aqui, de 14 anos... Mas nesse caso...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Como você disse, é um sistema.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - É um sistema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - É muito disciplinado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O sistema está montado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - São 15 horas, o salário é o mesmo...



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Inclusive são casas com fachada e tal. Depois eu quero abrir uma vertente, Deputado Cláudio Puty, que me foi sugestionada, e acho que nós constatamos um pouco isso. Tudo isso é facilitado também pela própria imigração. No sistema de imigração não está ainda resolvida a legalidade, a forma. Nós observamos isso, embora a Defensoria Pública estivesse lá para orientar. No próprio Brasil tem pessoas que são legalizadas e pessoas que não são, e tem pessoas que têm receio de sair de casa para não ser grafadas aí pela fiscalização, além do preconceito inclusive nas escolas do entorno contra bolivianos — mas podem ser outras nacionalidades também.

Mas, nesse caso da AHA e das empresas que estão aqui terceirizadas, foi constatada a seguinte cadeia de produção. Para o produtor da peça de uma coleção primavera-verão, blusas e vestidos também, aquele cidadão lá na ponta — trabalho escravo mesmo — ganhava 2 reais por peça; o intermediário, 7; e nas lojas Marisa... nas lojas Zara foi constatada a mesma peça vendida a 139 reais. De 7 para 139 são 20 vezes mais.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - É 139, 140, arredondando. De 7 para 140 são 20 vezes — 20 vezes. Eu reafirmo. A cadeia, Deputado Puty, é a seguinte. O intermediário, esse que entrega a peça para a terceirização, na verdade ele é um “empresário” entre aspas, porque ele também... Nas condições que nós encontramos lá, ele também vive lá. Terceiriza, ganha um pouco mais, já foi, geralmente, um imigrante que também teve lá um peão...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - É um imigrante que ascendeu socialmente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Que ascendeu para 7 reais ali. Também tem as mesmas dificuldades. Mas veja que o lucro dele em relação ao que é da empresa é muito baixo, relativamente, é lógico. Ele explora os outros: 2 para 7 para 139, a mesma peça. É a mesma cadeia que nós traçamos ali na outra loja. E também nós visitamos lá em São Paulo.

Então eu queria colocar o seguinte, que nós deveríamos... Porque eu sinto que as empresas, ao serem atingidas, digamos assim, quando isso vem à tona,



evidentemente elas vão tomar providências, para que o nome não seja queimado na praça.

Eu ouvi vários aqui dos depoentes falarem o seguinte: *“Nós já estamos filiados ao Instituto Ethos. Eu preciso falar com Oded Grajew o que está acontecendo”*. Entendem? Porque o Oded Grajew virou agora a referência estratégica aí, porque... Ao mesmo tempo, não fica claro, por isso é que houve a autuação do Ministério do Trabalho.

Eu, sem dúvida, estou convencido de que nós devemos fazer uma acareação com os fiscais do Ministério do Trabalho que estiveram lá à frente, que estiveram também nas lojas: *“Nós assistimos a isso pessoalmente lá”*. No caso da... Você lembra, Deputado Puty, do nome da empresa que... agora, de cabeça, aquela que nós flagramos no Bom Retiro lá?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - A consumidora final?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - É.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - A do Bom Retiro ou a...?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - A do Bom Retiro.

**O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY** - Lembro, mas eles pediram para não divulgar enquanto não fosse...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então não vamos divulgar ainda.  
(Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Eu só não vou comprar roupas lá.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Tem mais gente que sabe aqui, não é? Então eu estou colocando que a gente talvez devesse fazer o seguinte. Vejam, nós estamos construindo uma forma de mapear o sistema, que é um sistema montado. Então eu quero crer que as empresas possam dar um giro nessa direção. Mas foi muito grave, e é grave o que está acontecendo.

Agora, quero reafirmar um lado que é o seguinte: a empresa é responsável, sim, pelo fornecedor, tanto é que vocês mesmos... E aí eu divirjo radicalmente dos Deputados que se colocaram com a ideia de que a empresa não tem o dever de fiscalizar, que esse papel... Não, a empresa tem, ela é corresponsável na produção, ela tem que ir atrás, ela tem que auditar, fiscalizar, porque há um fornecedor. É



como se fiscalizasse a qualidade. Ela tem que fiscalizar os direitos humanos, os direitos civis, se estão sendo violados, e assim por diante.

Então eu quero deixar claro que eu não quero ser vítima de propaganda enganosa aqui na CPI. Não quero ser, Dr. João Pedro. Eu quero ter certeza de que nós vamos erradicar o trabalho escravo. A CPI é para isso, entende? Ela tem poderes judiciais, ou seja, ela tem poderes de investigação policial e ela tem poderes de investigação judicial. Ou seja, ela pode pegar esse processo todo e enviar para o Ministério Público e abrir um grande processo, inclusive contra empresas. Ela pode fazer. A CPI pode fazer isso. Ela tem poder para isso. E eu acho que o público precisa tomar conhecimento dessa questão toda, porque é muito tentador — quero fechar com isto — é muito tentador, Deputado Giovanni, o lucro obtido aqui. É muito tentador. É uma rede, é um sistema altamente exploratório, para além da degradação do ser humano: trabalho escravo. Quer dizer, é muito tentador que se invista nisso e que se fale assim: *“Dali para adiante eu não tenho responsabilidade. Eu estou vendendo...”* Não. Tem responsabilidade, porque esse é um cancro que precisa ser extinto na sociedade brasileira.

Obrigado, Deputado Puty.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado Ivan Valente.

Não havendo mais quem queira se pronunciar, passo para a sua... Não sei se houve alguma pergunta, objetivamente. O senhor está requerendo que haja uma réplica? Não, né?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Deputado Puty, só uma questão. Está havendo votação nominal neste momento no plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Cláudio Puty) - Está bom. Então nós vamos já encerrar aqui.

Queremos agradecer a presença do Sr. João Pedro Fernandes de Castro Braga, que é administrador da Sociedade Zara.

E, nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se no dia 11 de julho, às 14h30min, em plenário a ser informado oportunamente.